



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda

realizada em 28 de abril de 2023

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril, do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **1 – Análise e Votação de Atas:**-----

----- **1.1** Ata da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 29 abril 2022; -----

----- **1.2** Ata da 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 20 de maio de 2022;--

----- **2 – Período de Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **3 – Período da Ordem do Dia:**-----

----- **3.1** Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas 2022;-----

----- **3.2** Tomada de conhecimento do Relatório Semestral 2.º Semestre 2022;-----

----- **3.3** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Águeda;-----

----- **3.4** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a 4.ª Prorrogação dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias para a Concretização da Delegação Legal de Competências;-----

----- **3.5** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha - Requalificação do espaço situado na Capela do Senhor da Serra, considerando a escadaria do Raivo e zona envolvente; -----

----- **3.6** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do 2.º Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha - Aquisição de viatura; -----

----- **3.7** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município e a União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga – Gestão Sistema Público de Abastecimento de Água em Segadães; -----

----- **3.8** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha - Execução de Passeios no Largo de S. João e na Rua das Almas, na Catraia de Assequins; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **3.9** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do 2º Contrato Interadministrativo entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha - Construção de muro e passeio na Rua do Alteiralto;-----

----- **3.10** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo - Reparação do Edifício da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo;-----

----- **3.11** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de um apoio à União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, no âmbito do evento “Trilogia Serrana 2023”.-----

----- **3.12** Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, José Filipe de Almeida Pereira, e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

-----José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

-----Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;-----

-----António José Pires Ferreira – PPD/PSD.MPT;-----

-----Ana Rita Antunes Pereira – PS;-----

-----Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----

-----Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP;-----

-----Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos - PPD/PSD.MPT;-----

-----Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----

-----Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

-----Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa – PS;-----

-----Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT;-----

-----Rui Miguel Pires Moreto – CDS-PP;-----

-----Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----

-----Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----

-----Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----

-----Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente;-----

-----José Miguel Ramos Tendeiro – PPD/PSD.MPT;-----

-----Olívia de Sousa Passos – CDS-PP;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;-----

-----Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT;-----

-----Isabel Maria Santiago Ferreira – PS.-----

-----**Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):**-----

-----Irene Henriques – Tesoureira JF de Aguada de Cima; -----

-----António Ricardo Pereira Alves – Vogal JF de Águeda e Borralha; -----

-----João Marques Pitau – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

-----António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

-----Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----

-----Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJ de Macinhata do Vouga; -----

-----Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----

-----Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----

-----Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

-----Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

-----Rui Carlos dos Santos Mota – Secretário JF de Valongo do Vouga. -----

-----**Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:**-----

-----Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

-----Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----

-----Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora; -----

-----Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----

-----Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----

-----Daniela Alexandra Pereira Herculano – PS – Vereadora; -----

-----Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS-PP – Vereador. -----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal**, pelas vinte e uma horas, declarou aberta a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e cumprimentou todos os presentes: -----

----- “Boa noite a todos. Vamos dar início à segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três. Antes de mais, permitam-me que cumprimente e saúde as Sras. Secretárias da mesa, os Srs. Deputados Municipais aqui presentes, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, os senhores presidentes de Junta e União de Freguesia, também ao público aqui presente, muito boa noite a todos. Também àqueles que assistem pela Águeda TV, as Sras. Técnicas de linguagem gestual e funcionários do Município, os meus cumprimentos. Não esquecendo também por agradecer aos funcionários do Município que colaboram na preparação desta Assembleia bem como na resolução e obtenção dos meios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

necessários para que tecnicamente seja esta sessão possível e realizada no dia de hoje bem como transmitida pela Águeda TV.-----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- Começo por vos dar nota das comunicações recebidas, mais concretamente relativamente às ausências e respetivas substituições e nessa medida, foi-me comunicada a indisponibilidade da senhora Deputada Gisela Valente Pinheiro, que está substituída pelo senhor Deputado Gabriel Oliveira Marques Arsénio, que está presente; o senhor Deputado Gabriel Duarte Pires que está substituído pelo senhor Deputado Gabriel Alexandre Marcos Abrantes de Almeida, que está presente; a senhora Deputada Ana Miguel Marques Neves dos Santos, e em sua substituição está o senhor Deputado António José Pires Ferreira; o senhor Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal, e em sua substituição o senhor Deputado Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro; depois temos também o senhor Presidente da Junta de Aguada de Cima, Albano Marques de Abrantes, e em sua representação a senhora tesoureira Irene Henriques; o senhor Presidente da Junta de Águeda e Borralha, Nuno Gustavo Pimenta Cardoso, e em sua representação está o Vogal da Junta de Freguesia, António Ricardo Pereira Alves, que está presente. E, por último, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Valongo, Luís Filipe de Tondela Falcão e, em sua substituição, o seu Secretário, Rui Carlos dos Santos Mota, que está presente também. Portanto, estas são as comunicações das ausências e respetivas substituições.-----

----- A seguir, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda, prestou os seguintes esclarecimentos: -----

---- “Eu passo, antes da intervenção do público, para a análise e votação das atas. Temos duas atas, hoje, para votar – também foram remetidas para todos os membros desta Assembleia – não sem antes fazer aqui um pequeno esclarecimento. A Mesa da Assembleia tem todas as atas já devidamente transcritas. Todas, sem exceção! Todavia, elas estão a ser revistas, ainda fizemos aqui um esforço no sentido de as trazer para votação, mas, para além de ser de alguma forma fastidioso, também careciam de correção e, como ainda não foram todas corrigidas, trouxemos estas. Uma das coisas que a Mesa tentou fazer, foi recuperar o atraso que havia na respetiva redação escrita das atas. Felizmente, está feito, agora falta a sua revisão, mas, hoje levaremos a votação duas, certamente, nas Assembleias seguintes, iremos recuperar todo o atraso e colocar em dia as atas destas Assembleias, que eu acho importantíssimo para todos nós e ficar conforme aquilo que é a legalidade.”-----

----- ANÁLISE E VOTAÇÃO DA ATA -----

----- 1.1 Ata da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 29 abril 2022; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Neste ponto, o senhor Presidente da Assembleia começou por perguntar se alguém pretende algum esclarecimento. Mais disse, se tiveram oportunidade de proceder à sua leitura, também devem ter reparado que a sua reprodução está agora mais fiel, mais minuciosa na forma como está feita a transcrição das respetivas intervenções. Eventualmente, poderá pecar até por algum exagero na reprodução de todas as intervenções, mas eu costumo dizer que mais vale ficar tudo do que de alguma forma subtrair aquilo que alguém possa entender que é importante. Seja como for, se ninguém tiver nada a intervir nesta questão, eu coloco de imediato à votação, para podermos avançar. Ninguém quer tomar da palavra?-----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da segunda sessão ordinária de 29 de abril de 2022, sido **aprovada por maioria**, com cinco abstenções do PS. -----

----- **1.2 Ata da 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 20 de maio de 2022;** -----

----- Relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia referiu que, à semelhança do que anteriormente disse, alguém queria tomar a palavra ou proceder a alguma correção?-----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da segunda sessão extraordinária de 20 de maio, sido **aprovada por maioria**, com cinco abstenções do PS. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Relativamente à intervenção do público, o Sr. Presidente da Assembleia prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Passamos agora à intervenção do público! E, felizmente, eu digo “felizmente”, porque de facto, a forma participativa com que o público nos vai presenteando é para nós muito importante, porque este nosso trabalho também é para vós e por vós. Começo por esclarecer apenas que, para aqueles que pela primeira vez aqui estejam presentes, nós temos 20 minutos máximos em termos de regimento e intervenção, com 5 minutos de intervenção por cada interveniente. Quem se quer inscrever, eu peço que me assinale, para eu tomar nota, vai-se dirigir aqui ao púlpito e aqui já no público vai-se identificar pelo nome e Freguesia onde pertence, porque é para nós importante, em termos de gestão. Portanto, eu pergunto quem é que quer intervir do público? Uma pessoa apenas? Faça o favor de tomar o seu lugar.”-----

----- **Munícipe Nuno Cardoso:** -----

----- “Nuno Cardoso. Moro aqui em Águeda, na União de Freguesias de Águeda e Borralha. E a situação que eu venho apresentar é extraordinariamente simples, portanto, eu não vou demorar 5 minutos. É apenas no sentido de alertar os serviços camarários, nomeadamente, se calhar, a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

parte veterinária, digo eu, de um problema que nós, aqui no centro de Águeda, temos estado a viver, com alguma pena nossa, que diz respeito à praga de pombos com que estamos a ser a ser fustigados. Eu digo isto, porquê? Nós, eu e a Ana, que está comigo, fazemos parte de um condomínio aqui na Manuel Alegre, portanto, em pleno centro da cidade, e temos sido de facto fustigados por esta praga que nos traz alguns problemas, tanto em termos de higiene do condomínio, como até alguns problemas em termos de saúde pública, porque penso que é do senso comum, os pombos são uma praga que podem trazer alguns problemas em termos de saúde para as pessoas. E nós vivemos um problema muito particular, porque temos um prédio vizinho onde há uma pessoa que os alimenta de forma muito intensiva e aquilo tem-nos trazido, de facto, alguns problemas graves, em termos de higiene, em termos de cheiros – nós já tentámos alertar os serviços camarários de forma informal, tentámos já, também, levar o problema ao delegado de saúde, quer por e-mail, quer por telefone e, até agora, ainda não foi, de facto, nada feito no sentido de tentar resolver a situação. É uma situação que eu sei que, se calhar, para a maior parte das pessoas pode parecer um bocadinho desajustada de trazer aqui, mas nós, como munícipes, vivemo-lo como um problema e, portanto, gostávamos que, de facto, fosse feita alguma coisa no sentido de tentar resolver esta situação.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Nuno pela intervenção. Mais alguém do público que queira intervir? Nenhuma inscrição. Sr. Presidente, em face desta apresentação deste munícipe, o Sr. Presidente quer tomar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT:** -----

----- “Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, deixe-me que o cumprimente, excelentíssima Mesa, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores membros desta Assembleia, o público que hoje está aqui num número significativo – sejam bem-vindos! – e, naturalmente, quem nos segue também pelo Águeda TV, muito boa noite a todos. O Nuno, o meu colega Nuno. Este assunto não é completamente novidade para nós e eu não tive tempo de fazer uma pergunta ao nosso veterinário municipal, para ver qual é o caminho que temos que percorrer, porque, efetivamente, é uma situação que faz parte destas questões das cidades e onde temos pessoas que, naturalmente, e legitimamente, se sentem incomodadas, e outras que praticamente chamam e acarinham os pombos. É esta questão de nós conseguirmos conviver com estas duas realidades. Estamos a ver exatamente o que é que conseguimos fazer, porque essa necessidade de termos qualquer tipo de intervenção já nos chegou, e sei que o nosso veterinário anda a ver o que é que pode fazer sem ser demasiado agressivo, no sentido de estarmos aqui a exterminar os pombos, mas a tentarmos controlar de alguma forma a reprodução. O problema é que, quem os alimenta, chama-os. E percebemos, mas estamos em sintonia e percebemos isso. E não consigo dizer, eu estava para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

tentar, mas, o tempo urge e já não consigo, hoje, dar essa resposta. Vamos ver, ficamos com a nota e depois daremos algum tipo de resposta. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Ultrapassado o período de intervenção do público, vamos entrar no período de antes da ordem do dia. E eu começo por questionar os senhores membros da Assembleia, quem é que se quer inscrever? O Sr. Presidente da Junta da Trofa, o Sr. Deputado Mário também, mais alguém de imediato? O Sr. Deputado Paulo Tomaz. Sr. Presidente da Junta, por favor.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:** -----

----- “Boa noite, Sr. Presidente, senhoras secretárias, Sr. Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, público. E é precisamente para o público que eu me vou dirigir, até porque tenho um compromisso convosco, da última Assembleia de Freguesia. Só para fazer um esclarecimento, na última Assembleia de Freguesia questionaram-me acerca do cemitério e eu disse qual era o ponto de situação, no fundo, eu disse que a pergunta tinha que ser feita cá, na Assembleia. E tem que ser feita cá por um motivo muito simples, eu tenho chegado e tenho constatado que, apesar de ter marcado sempre as Assembleias em Segadães, apesar de ter estado sempre disponível para esclarecer tudo e mais alguma coisa, se calhar, não me faço entender muitas das vezes. Concluo que chego às Assembleias Municipais e parece que estamos aqui a falar de coisas diferentes. Sendo um assunto, aliás, seja este e seja qual for, todos os assuntos que vocês me coloquem, em que o visado, ou a resposta, seja o Município, eu peço-vos que tragam cá as perguntas – vocês colocam, o Sr. Presidente da Câmara responde e eu estou a ouvir, se tiver que intervir, também intervenho. Eu, se tiver que intervir novamente, intervenho, e penso que todos ficamos esclarecidos! Não duvidando da boa-fé de ninguém, parece que andamos todos aqui a falar de coisas diferentes. Mas, já agora, que está aqui o Sr. Presidente, em relação à questão do cemitério, temos a questão da vistoria que foi feita, ou foi iniciada, ou que não foi feita. O senhor delegado de saúde pediu uma data de elementos, como se fôssemos fazer um cemitério no meio do nada e, não o censuro! Atendendo ao burburinho que isto foi, não o posso censurar, pois eu, se calhar, fazia o mesmo. A questão é que, naturalmente, nós pedimos ajuda ao Município, não só em termos da documentação que é necessária, não só para o alargamento que nós queremos fazer, mas também na parte nascente, porque entendemos que também é uma solução, uma não invalida a outra! E que será sempre uma questão de futuro. O Município, aquilo que nos respondeu, foi que não tinha meios para nos ajudar, portanto, nós estamos a pedir propostas. O riso é por causa disto! É que agora ele tem que responder e vai ter que negar, não é? Eu gostava de perceber, eu confio naquilo que o Sr. Presidente da Câmara me diz e se ele me diz que o Município não tem meios, naturalmente, há de ter feito cálculos às horas, há de ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

feito cálculos aos custos, há de justificar, se o entender fazer. Senão, até pode nem justificar! Mas, se o Município não nos pode ajudar, temos que ser nós, pelo menos, de certeza, vamos ver. Temos de ser nós a tratar do assunto, até porque é do nosso interesse. Está aqui o esclarecimento dado, que o mereciam e eu fiquei de o dar. -----

----- Agora, mais duas ou três questões rápidas! Em relação à questão da ligação Águeda-Aveiro, os serviços da Câmara solicitaram-nos por causa da questão dos terrenos, para que fizéssemos alguma publicidade e mostrássemos os mapas às pessoas. Aquilo, já era de esperar, tem dado alguma confusão, até porque tanto quanto eu percebi, os mapas, no fundo, destinam-se a identificar as parcelas de terreno que poderão ser afetadas pela via e não propriamente conter o traçado dela em concreto. A questão que eu coloco ao Sr. Presidente é em relação aos dois nós, ou dois acessos da Fontinha à variante, portanto, um que seria à entrada da estrada do campo, o outro seria uma solicitação nossa da ligação da Rua da Padaria a Travassô, se elas de facto estão contempladas, se ainda não é o momento para isso ser analisado, se vai ser considerado, portanto, dar-nos aqui um ponto de situação, porque nós temos sido interpelados e eu, sinceramente, não sei o que responder.

----- Uma nota para o Sr. Vereador Vasco Oliveira, eu não sou muito de me queixar e é com agrado, mesmo, que vejo aquilo que se tem passado, pelo menos numa parte do seu pelouro, o resto também não sei, e tem a ver com a plataforma do GLPI. A plataforma do GLPI, no fundo, é uma plataforma onde todas as Juntas de Freguesia colocam os seus pedidos. Na altura, foi minha sugestão, já no outro mandato, o Município colocou em prática, é muito útil, mas, até há pouco tempo, nós colocávamos lá os pedidos, e atenção, acredito que sejam muitos e que não é fácil gerir o trabalho, mas, de facto, dava sempre a ideia de que ficava ali, num poço sem fundo. Nos últimos meses, isso não tem acontecido! Nós colocamos os pedidos, demora às vezes mais tempo, menos tempo, mas de facto tem havido resposta, ou seja, nós, eu pelo menos sinto, neste momento, o que nunca senti! Sinto que, de facto, nós colocamos os pedidos e não temos que andar ali a insistir uma vez, nem duas ou três, há de chegar o momento em que os serviços camarários o fazem. Se não o fizerem, pelo menos, dão um telefonema, até porque nós indicamos sempre o número de contacto das pessoas, etc., dão uma satisfação de o que é que não se faz, até porque se formos abordados pelas pessoas, podermos responder. Queria mesmo mostrar a minha satisfação, porque eu sei, essas pequenas coisas, às vezes, o quão difícil é fazê-las, que são coisas que dão pouco nas vistas, são coisas que às vezes demoram muito tempo a fazer, e é com muito, muito agrado que vejo isso. -----

----- Já o último ponto, eu não era para falar, mas posso falar, em relação aos protocolos. O ano passado não correu muito bem, há 2 anos tinha corrido de forma excelente, se calhar, também não corre muito bem pela forma como nós trabalhamos na Trofa, porque nós pagamos a pronto e nós fazemos as obras, depois há ali um prazo para a Câmara pagar. Sendo certo que nós, ao longo destes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

5 anos em que eu sou Presidente, concluímos sempre as obras dentro do prazo, sendo certo que, sem a ajuda da Câmara, isso não teria sido possível, como é óbvio! E sempre o disse aqui e queria reforçar aquilo que já disse numa reunião de Presidentes, que de facto, principalmente a questão do pagamento, a questão da aprovação, este ano, já foi modificada, mas a questão do pagamento depois da verificação, para nós, é fundamental. Portanto, se o Sr. Presidente, dentro das suas possibilidades, de facto, fosse falando por nós, por mim, pelo menos, agradecia. E é só.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. Sr. Deputado Mário Vasconcelos, faça favor.-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos – PPD/PSD.MPT:** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, senhoras secretárias da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores e senhoras Vereadoras, Srs. Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, senhores Deputados municipais aqui presentes, comunicação social, os funcionários da Câmara que proporcionam esta Assembleia, uma palavra também para as nossas colegas que nos acompanham aqui na língua gestual e para quem nos acompanha na Águeda TV e público aqui presente, boa noite a todos. Eu não podia deixar passar esta Assembleia sem fazer um comentário às cerimónias do passado dia 25 de abril. É uma palavra de apreço pela organização com que a mesma foi feita, as cerimónias em si, o que homenageámos, e já para não falar na parte cultural que, retirou alguma carga política que tem sempre e proporcionou um bom ambiente entre todos. Foi o que eu senti e, portanto, não podia deixar passar esta oportunidade. Um bem-haja a todos que puderam e conseguiram proporcionar aquele momento!-----

----- Ontem foi apresentado um plano estratégico para o desenvolvimento económico e inovação de Águeda. Eu mesmo, pessoalmente, fiquei surpreendido. Trata-se de um documento onde foram vertidas um conjunto de ideias, que até eu mesmo, continuo a dizer, tem algumas coisas que terão alguma dificuldade, um grau de dificuldade de implementação, não tenho dúvida, mas estou convencido, com o empenho de todos e desejo, que o executivo seja capaz de, digamos, concretizar tudo o que lá está, ou a grande maioria das ideias que estão lá vertidas. Proponho uma monitorização constante do projeto, para que os prazos não derrapem e os objetivos sejam alcançados.-----

----- Apenas uma nota em relação a uma coisa que está a acontecer aqui em Águeda. Numa obra recente, toda a gente sabe aquela estrada junto ao hotel e que tem um edifício novo que está a ser construído do lado contrário, muitas das placas desse passeio estão todas partidas. Eu penso que se trata de uma obra recente, é provável que ainda esteja em garantia e, estou a falar nisto, porque vi uma pessoa com uma certa idade que caiu lá há dias e, portanto, é um pedido de atenção ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

executivo para ver, porque se trata de uma obra recente e aquilo acho que não está bem. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente e senhores membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente de Câmara e demais concidadãos aguedenses. O motivo da minha vinda aqui, que, na verdade, são dois motivos, o primeiro, acompanho também o que foi dito agora pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, e tencionávamos fazer, no fundo, um elogio desde logo à Mesa da Assembleia Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, e também à Câmara Municipal, por causa da forma muito digna como correram e como foram, naturalmente, preparadas para que assim decorressem, as comemorações dos 49 anos do 25 de abril aqui em Águeda. Foi muito importante podermos ter feito uma “re-homenagem”, de alguma forma, à mulher de Águeda, é justíssimo que assim seja, todos nos reveremos nessa mesma homenagem, salientar o sacrifício, salientar o trabalho, salientar a coragem e o sofrimento daquelas que, antes de nós, possibilitaram que chegássemos aqui e que tivéssemos uma vida um pouco melhor, e que tenhamos outras armas para enfrentar, hoje em dia, os desafios também pesados que temos pela nossa frente. Por outro lado, fez todo o sentido, e é sempre em tempo, citando também o que o Sr. Presidente da Câmara teve ocasião de explanar no momento, serem homenageados aqueles que, na guerra colonial, originários do nosso Município, faleceram, e acarinhar ainda as famílias e termos essa memória. A memória é fundamental!-----

----- Não deixo de deixar uma recomendação, sabendo eu que, naturalmente, não terá havido nenhuma intenção, mas, por alguns comentários que nos chegaram, acaba por poder haver um certo ressentimento de alguns antigos militares que consideram que não estão incluídos, ou pelo menos um ou dois comentários que eu vi, que sentiam que não estavam incluídos naquela homenagem porque estavam apenas a ser homenageadas as pessoas que faleceram e os seus familiares. Eu acredito que a intenção tenha sido de, através da homenagem às pessoas que faleceram, no fundo, realçar o esforço de todos e, de alguma forma, eu acredito que todos aqueles que combateram, muitos que ficaram feridos, estropiados com outras dificuldades, ou que, não tendo ficado com essas dificuldades, tiveram ali uma parte muito relevante das suas vidas condicionada, e as suas famílias também, eu acredito que, no espírito daquela homenagem, e na intenção também do Município, está o reconhecimento de todas essas pessoas, que são, naturalmente, muito mais do que aquelas que infelizmente faleceram. E, portanto, eu acredito que talvez pudéssemos, não tenho também clara qual é a forma, mas talvez fazer esse sublinhado, de passarmos um bocadinho a mensagem, não sei se noutra ocasião, não sei se, possivelmente, numa descrição que possa ser feita em alguma divulgação da Câmara Municipal, ser feita a referência que esta é uma forma de homenagear todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

os que se sacrificaram e todos os que ficaram cá durante aqueles anos tão difíceis, onde se incluem familiares nossos, desde logo, o senhor meu pai. Por outro lado, queria também deixar, desde já, exortar o Município e manifestar a disponibilidade natural do Partido Socialista, e acredito que seremos acompanhados pelos restantes grupos municipais, para, com muita antecedência, prepararmos as comemorações dos 50 anos no nosso Município, que deveriam ser umas comemorações ainda mais dignas e marcadamente populares. Portanto, acho que, seja na parte de conteúdo ideológico, histórico, seja do reconhecimento às pessoas de Águeda, dos vários quadrantes, que tiveram protagonismo antes e depois do 25 de abril, fundamentalmente, trazermos as nossas comunidades a participarem dessas mesmas comemorações, que admito que, nesse dia, que nesse ano, no ano que vem, não serão apenas de um dia e poderão ser pontuadas por outros motivos. Desde logo, se por acaso se entender fazer uma pequena comissão, se se vier a entender, a nossa vontade é colaborar ao máximo, e colaborar com antecedência, para que possamos ter comemorações muito dignas do meio século da revolução e da democracia em Portugal. Por outro lado, quero agradecer também, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, e referindo também o nosso coordenador do grupo municipal, José Vidal, que não pode estar hoje, o envio dos documentos que nos foram enviados entretanto, depois de muita insistência, quero fazer esse agradecimento e recordar que faltam alguns e, portanto, pedir que possa ser completado assim que possível. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Senhores Deputados, mais alguém quer intervir no período antes da ordem? Sr. Deputado António Mascarenhas e Jorge Melo. Sr. Deputado, faça favor.-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:** -----

----- “Boa noite, excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, esta Assembleia, público em geral. Estamos a chegar a maio de 2023, está a chegar o AgitÁgueda, o ano passado tivemos AgitÁgueda e este ano vamos ter AgitÁgueda, penso eu, mas, desde que se iniciou a pandemia, que nunca mais tivemos o desfile das marchas populares em Águeda. Então, a minha questão era perguntar ao Município se, este ano, vão realizar as marchas populares ou não, dado que é um evento que, portanto, já era tradição e que deixou de existir? Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado António Mascarenhas. Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

----- “Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente de Assembleia e senhoras secretárias, senhores Vereadores, senhores Deputados, público, quem nos vê pelo Águeda TV, colaboradoras da Câmara Municipal, boa noite a todas e a todos. Apenas uma ou duas apreciações! O Sr. Presidente da Junta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

da minha União de Freguesias veio aqui esclarecer a situação, ou tentar esclarecer a situação do cemitério, pese embora que não tenha acompanhado a intervenção desde o início, daquilo que vi através do Águeda TV, não vi esclarecidas as dúvidas dos nossos fregueses, que se prendem acima de tudo – «O que é que se vai fazer? Quem é que vai fazer? Como é que vai fazer? Em que condições é que vai ser feito? Quem é que vai participar?». Entretanto, neste espaço de tempo, como todos sabemos, e como sofreu há bem pouco tempo uma inspeção no local, portanto, no cemitério, ou nas campas, ou nos buracos, que eu não o posso chamar cemitério porque não há legalidade para aquilo que lá está feito, temos lá, e pese todo o respeito aos seus familiares, nós temos lá um cadáver, um morto enterrado. É ancestral a técnica dos primeiros ataques biológicos que nós tivemos no mundo, que previa o depósito de cadáveres em linhas de água, em lençóis freáticos, em rios, ribeiros e afins. Como bem se sabe, desta inspeção, verificou-se que há ali um lençol freático e que temos ali 1,70 m de água dentro daqueles buracos. Eu quero tentar perceber se o executivo municipal está consciente do problema de saúde pública que podemos ter em mãos? E tendo em conta que isto se trata de uma situação absolutamente ilegal, eu vou tentar perceber, depois, a quem é que caberá esta responsabilidade, se é ao executivo da Junta de Freguesia, que tomou a liberdade de lá depositar um corpo num sítio que não está devidamente preparado e licenciado para o efeito, se caberá ao executivo municipal, porque, como todos sabemos, isto irá criar problemas graves, e não querendo ser repetitivo, ao nível da saúde pública, porque temos poços na zona circundante que estão a beber deste lençol freático, temos animais, temos culturas e, por conseguinte, parece-me que esta é uma situação de bastante complexidade e que poderá gerar aqui graves problemas ao nível da saúde pública. -----

----- O segundo ponto está relacionado com algo que se vem passando de há bastante tempo a esta parte, está relacionado com o facto de se utilizarem herbicidas para as valetas na Freguesia. Tanto quanto eu sei, não sendo jurista, mas da interpretação que faço da lei, apenas se pode utilizar herbicida em sítios que seja absolutamente impossível fazer a limpeza através de alfaias e de enxadas e da limpeza através da pessoa humana. E quero também tentar perceber a quem é que incumbe esta responsabilidade! Porque eu vejo editais espalhados pela Freguesia, de que se vai, mais uma vez, utilizar herbicida, sendo que não há aqui cabimento legal e, por conseguinte, queria alertar também a Câmara Municipal e o próprio Sr. Presidente da Junta sobre a ilegalidade que eu penso que existe em relação a esta matéria, e que é preocupante, porque há relatos na Freguesia, e eu falo em causa própria, que já tive a morte de, pelo menos, 2 animais, que eu presumo que tenha sido por causa desta situação, e há mais relatos na Freguesia que relatam problemas semelhantes. E, por conseguinte, parece-me uma preocupação sobre a qual o Sr. Presidente da Junta deverá ter aqui alguma apreciação, alguma reconsideração na utilização deste tipo de materiais. Muito obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais inscrições no período antes da ordem do dia? Não há mais nenhuma inscrição no período antes da ordem do dia. Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Relativamente a esta questão do cemitério, queria pedir sinceramente, tanto ao Sr. Presidente da Junta, Paulo Tavares, da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, como ao Sr. Deputado Jorge Melo, que tivessem efetivamente alguma pergunta. O assunto do cemitério, quando muito, será assunto para esta Assembleia quando estivermos a discutir o apoio que a Câmara possa vir a dar para resolver esta situação, o apoio financeiro. O apoio financeiro! Só e apenas! Porque este assunto compete à Assembleia de Freguesia da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga. E, meus amigos, a Câmara Municipal em momento nenhum contribuiu para nenhuma das situações que foram criadas, não contribuiu de forma alguma! Portanto, se não estamos a fazer alguma coisa, conforme o Sr. Presidente diz agora, não estamos a fazer exatamente para manter a equidade com que prestamos todos os apoios possíveis às Juntas de Freguesia do Concelho! Eu tenho aqui o Sr. Presidente da Junta de Fermentelos, e estou a nomeá-lo por uma razão muito simples, foi a última Freguesia que fez uma ampliação em meio urbano de um cemitério. Ele pode vir ali, se entender, explicar qual foi o procedimento que a Junta fez e que, naturalmente, era expectável que a Junta de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga fizesse igualmente. Nessa altura, não contou com nenhum apoio específico, bem, nem era complicado. Mais! O Sr. Presidente da Junta não me vai deixar mentir que, numa das reuniões que tivemos no meu gabinete acerca deste assunto, me disse que estava a tratar disto com um gabinete de arquitetura de um arquiteto de Aveiro. Não me vai deixar mentir! Não, não! Mas é que não vai porque eu tenho testemunhas! Eu, já avisadamente, não faço reuniões sozinho com ele! E, portanto, esta é a questão! O que vão fazer ao cemitério de Segadães, resolvam os fregueses de Segadães, e já agora, os Deputados eleitos, os membros da Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia, lá no local. Quando chegarem a uma conclusão, venham cá, naturalmente, o Sr. Presidente da Junta vem, tem o canal todo aberto para dizer assim: “Vamos precisar de ajuda no financiamento para resolvermos esta questão”. Estamos ansiosamente à espera que nos chegue esse projeto! Ansiosamente à espera! Desde o princípio, são todas minhas testemunhas que temos estado à espera que nos chegue qual é a solução, “Afinal de contas, o que é que precisam de nós?”. Naturalmente que teremos uma palavra a dizer! Não nos passa pela cabeça que chegue aqui uma coisa completamente estapafúrdia e a gente, caladamente e sem opinião, diga nada. Mas perguntem-nos a opinião depois de vocês se entenderem! Façam-me esse favor! E, portanto, este assunto, eu agradecia que quando se voltasse a discutir nesta Assembleia, fosse para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

discutirmos o financiamento à União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas para resolvermos aquela questão. Estamos entendidos? Estamos de acordo? Estamos de acordo. -----

----- Relativamente ao eixo rodoviário Águeda-Aveiro, portanto, a ligação Águeda-Aveiro e às autoestradas, efetivamente, nós pedimos às duas Juntas de Freguesia e mandámos para lá elementos no sentido de as pessoas poderem identificar as suas parcelas, e essas próprias pessoas – como é que eu hei de dizer? – acusarem-se e dizer: “Isto é meu. Este terreno, aqui neste local, é meu”. Nós já temos, através de vários mecanismos, o reconhecimento da maior parte dos proprietários, mas há um ou outro e, naturalmente, o objetivo aqui é, por um lado, tornarmos público o trajeto do eixo rodoviário, por outro lado, simplificarmos os processos e andarmos mais rapidamente. Como vocês sabem, neste processo, como em tantos outros, nomeadamente, os que têm que ver com o plano de recuperação e resiliência, o PRR, precisamos de andar muito rapidamente. E, por isso, pedimos às Juntas de Freguesia, sei que vocês estão todos a colaborar connosco, no sentido de rapidamente podermos chegar aos proprietários e iniciarmos os processos. Por um lado, inicialmente, de negociação e de possível acordo, porque a seguir, para quando isso não for possível, naturalmente, que cheguem os processos de expropriação. Relativamente a estas questões todas, o eixo, naturalmente, está a ser implementado e eu penso que não há dúvidas nenhuma relativamente à questão dos trajetos.-----

----- Depois, a questão dos protocolos pagos a pronto, eu penso que não há pagamentos em atraso por parte da Câmara. Não há! Há alguma coisa por verificar? Não sei, estou a olhar ali para a minha chefe de gabinete, mas penso que não me parece que haja. Se há só se for algum tempo e alguma coisa que esteja para verificação! Estamos a falar de quê? De um mês? A Junta da Trofa paga a pronto, a Câmara de Águeda paga num prazo médio de 24 dias. O prazo médio, certo?. Portanto, resulta do nosso relatório de contas, que estamos aqui um bocadinho para avaliar. O que é muito bom e estamos a melhorar significativamente! O que quer dizer que estamos a otimizar recursos. Não pagamos a pronto porque não é possível! Há todo um conjunto de cuidados que nós temos que ver com os pagamentos que a Câmara faz, sobretudo, de todos passarem nos sítios certos para verificação, se efetivamente aquele pagamento está em condições de ser efetuado, ou seja, o serviço, o equipamento, o material, o que quer que seja, foi efetivamente fornecido, e em boas condições, para podermos pagar. Porque, como sabem, a nau é relativamente grande, precisamos de ter esses cuidados e percorrer todos estes sítios, o que não nos permite que se pague mais rapidamente, muito menos no dia. Aliás, numa coisa desta dimensão nunca seria possível! Mas, relativamente à questão dos protocolos e de outras coisas, estamos convocados para fazer a reunião habitual de maio, que vai ser no dia 8 e, naturalmente, ali temos toda a matéria para nos podermos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

entender e estarmos completamente de acordo uns com os outros, ou não, mas percebermos inteiramente os problemas que nos afligem. -----

-----Relativamente ao membro da Assembleia, o Mário Vasconcelos, naturalmente, os agradecimentos em relação ao 25 de abril, eu partilho-os inteiramente com o Sr. Presidente da Assembleia, e também um agradecimento às palavras do Deputado Paulo Tomaz. Muito obrigado. Acho que foi diferente, e também estou completamente de acordo que temos que começar a preparar os 50 anos do 25 de abril, até porque, efetivamente, este ano estas comemorações tiveram algo mais e, portanto, naturalmente, isto abre-nos o caminho a fazermos ainda mais nos 50 anos – acho que estamos completamente de acordo. Conto com todos. Não somos donos de todas as ideias, naturalmente, mas o Sr. Presidente da Assembleia Municipal está há muito tempo nomeado nesta questão das comemorações para ser ele o chefe de fila, indiscutivelmente. Relativamente ainda à questão do Mário Vasconcelos, efetivamente, o plano estratégico de desenvolvimento e empreendedorismo de Águeda, e inovação, foi apresentado ontem, tivemos aqui um conjunto de pessoas, provavelmente estávamos à espera que viessem muitas mais, sobretudo, alguns órgãos representativos de alguns setores de atividade poderão eventualmente queixar-se da hora, mas a nossa hora, aquela hora, foi no sentido de também ser permitido aos comerciantes poderem estar – eu tive ocasião de o justificar. De qualquer forma, o documento é um documento público, durante 20 dias está em consulta pública e serão sempre bem-vindas sugestões. Naturalmente que se perspetiva ali uma alteração e, sobretudo, alterações significativas e, sobretudo, de uma forma diferente do próprio Município se relacionar com as nossas empresas. Numa terra como a nossa, sobretudo, muito empresarial, eu acho que é de inteira necessidade que se faça e que sejamos nós também aqui – porque não? – a dar bons exemplos da forma como o Município se relaciona com as empresas, no sentido de sermos parceiros, de beneficiarmos a vida por uma razão muito simples – todos nós percebemos que, quando falamos de empresas, estamos a falar de parceiros muito significativos para aquilo que é, tanto a nossa economia, como o nosso ambiente, como o nosso bem-estar social. E, portanto, daqui, literalmente, esta tendência e esta vontade de abrir caminhos, caminhos ágeis e de colaboração muito estreita. Estamos apostados em fazer muitas coisas. Relativamente àquela questão dos passeios, eu acho que há uma parcela dos passeios da obra que está mesmo muito próximo do hotel, que foi o hotel que fez quando se instalou e, portanto, não fazem parte integrante, é ali muito perto! Eu sei que isso já foi referenciado, estamos ali com alguma dúvida, porque não faz parte da tal obra que está em garantia. Porque foi feita anteriormente e foi uma situação diferente do hotel. Mas é para resolver e agradeço a chamada de atenção. -----

----- Relativamente ao Deputado Mascarenhas, efetivamente, a questão das marchas populares, não sei se tens novas disso? A ideia que tenho sempre em relação às marchas populares, é que havia aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mais do que uma iniciativa da Câmara, é uma proatividade que existia de um conjunto de associações que as promoviam. Parece-me que não há notícias este ano, ainda. Mas, naturalmente, se não chegarem, estaremos dispostos, até porque durante muitos anos marcaram o panorama de Águeda e acabava por ser um tempo, em junho, ali bastante interessante. Penso que respondi sucintamente a todos.-----

----- A questão dos herbicidas é um assunto da Junta de Freguesia. Muito sinceramente, volto a dizer, há assuntos que, se têm que ver com a relação e com a atividade da Junta, se devem tratar na Junta. Não vou estar aqui a fazer comentários ou a particularizar uma situação. -----

----- Tenho aqui um problema, porque me fizeram agora chegar a informação, e dizem-me que na Trofa está tudo pago. O pedido foi feito a 24 de março e foi pago a 20 de abril. Alguém está enganado! Muito sinceramente, está aqui Sr. Presidente da Junta e eu, nesta matéria, não tenho nada para desconfiar de si, rigorosamente, da minha chefe de gabinete, também não. Há uma coisa que eu sei – não há nada que esteja aqui a servir de impedimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.”---

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, talvez por esquecimento, e eu considero importante, não se pronunciou sobre a questão do Sr. Deputado Paulo Tomaz, do monumento ter sido, na opinião de alguns, circunscrito à questão da homenagem aos falecidos e não a todos, eu julgo que seria o momento de dar uma palavra, até porque estamos em transmissão direta, para poder esclarecer essa questão.-----

----- **Presidente da Câmara:** “Obrigado por me lembrar, isso passou, porque o Sr. Presidente da Assembleia Municipal também está completamente alinhado e, portanto, em vez de ser eu sempre a responder, estava na expectativa de também puxar a sua quota-parte que tem, no fundo, nestas comemorações, em tudo o que aconteceu. Efetivamente, como vocês viram, é um memorial, e um memorial fúnebre que tem, inclusivamente, o nome de todos os militares falecidos. Os militares falecidos são um número e, foi relativamente fácil chegar até às suas identidades. Os feridos na guerra do Ultramar e as pessoas que ali participaram são imensos! Muito sinceramente, e eu acho que no meu discurso, se não o disse, tinha a intenção de o dizer, mas penso que de alguma forma disse, este memorial representa, não há dúvidas nenhuma, personificando aqueles que, no fundo, morreram e, portanto, deram o máximo que se pode dar, que é a nossa vida, neles, personificar, naturalmente, uma homenagem e uma lembrança à guerra do Ultramar, em todos os que lá participaram e, sobretudo, um memorial e uma lembrança muito grande para todos, para todas as guerras que nós não queremos ter. Aliás, fiz uma analogia daquela guerra do Ultramar com a guerra que neste momento está a acontecer na Ucrânia, e disse que também lá, neste momento, há militares a serem mobilizados que são filhos, que são namorados, são maridos, são irmãos, e muitos deles morrem daquela forma atroz que nós vemos e que todos os dias nos entra pela televisão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

Portanto, este monumento que sirva de inspiração a toda a gente para negar tudo o que sejam guerras. Sobretudo guerras armadas, que são absolutamente coisas que nós pensávamos, eu acho que quase todos nós pensávamos que fossem impossíveis de acontecer na Europa, mas elas estão aí. E mais, pior do que isso, todos os dias, quando nós abrimos os noticiários, andamos aqui a ver quem é que vai mandar mais foguetões, o que quer dizer que a escalada continua e um dia qualquer vamos ter aí uma surpresa, é muito provável que possamos ter, uma surpresa grande que nos deixará a todos boquiabertos e tristes por esta humanidade. Muito sinceramente, queria que todos se sentissem representados ali, no fundo, naqueles 18 que perderam a vida numa guerra que, naturalmente, acho que todos nós percebemos e sentimos o que é que aconteceu. É essa a justificação. Sinceramente, o objetivo, e eu falo em nome do Município, é que todos os que participaram nessa guerra se sintam ali representados, e os que lá não têm o nome, graças a Deus não têm, porque andaram lá e podiam ter ali o nome. E isso é que seria muito mau! Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Paulo Tomaz, faça favor.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, era exatamente esse o meu pensamento quanto ao monumento. E penso que, com certeza, noutros Municípios acontece o mesmo, há um certo espírito até do soldado desconhecido, sendo que aqui os soldados são conhecidos. Eu acredito perfeitamente que, ainda mais com as suas palavras agora transmitidas, mais pessoas perceberão que o objetivo era homenagear, através daqueles nomes e daquele memorial, todos os que se sacrificaram e tiveram uma parte das suas vidas condicionada por aquela guerra, mas, tendo em conta que se calhar pensava nisso, temos todos de debater e envolver as forças políticas naquilo que serão os 50 anos. Talvez, no âmbito dos 50 anos, pudesse ser feita uma chamada, anunciada nos nossos jornais e na nossa comunicação social, para que pessoas que participaram da guerra colonial e sejam de Águeda, possam, por exemplo, participar num qualquer momento simbólico de homenagem, que possa incluir, por exemplo, passarmos por esse memorial, e pode haver qualquer tipo de jantar ou de momento, ou de sessão, ou de debate, qualquer coisa que nós pensemos, de forma a, daqui a um ano, envolver todos aqueles ex-combatentes que estão vivos – e são muitos, felizmente! – e as famílias, e quem queira associar-se. Acho que teremos muito gosto nisso. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. É uma sugestão. Quer já responder, Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara:** “Queria aqui só alertar para uma coisa, só para nós percebermos! São só 18, “são só”, não, são 18, são muitos! São 18. Nós procurámos, e procurámos de uma forma muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ativa, contactar as famílias, e contactámos as famílias de todos, e queria-vos dizer que na semana anterior fui contactado por pessoas, familiares diretos, que tinham outros familiares diretos que tinham sido contactados e que, pura e simplesmente, não passaram a palavra. Percebiam a dificuldade que nós temos em chegar a todos, porque são 49 anos, e vão ser 50! Sinceramente, Paulo Tomaz, estamos completamente de acordo, acho que podemos e devemos fazer qualquer coisa do género, mas sempre com esta salvaguarda, que podemos não chegar a todos, e que as pessoas percebam que podemos não chegar a todos. Porque as pessoas sentem-se e eu, por exemplo, encontrei-me com pessoas que me procuraram, pessoas feridas, naturalmente, feridas e marcadas para a vida, mas que depois perceberam e aceitaram perfeitamente, efetivamente, termos feito desta maneira. Penso que todos os que estivemos ali sentimos, que 49 anos depois, isto, afinal de contas, está muito vivo nas pessoas. Está mesmo muito vivo! A guerra é assim. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Junta da Trofa. Por favor.-

----- **Presidente da Junta da Trofa:** “Agora, começamo-nos a entender, finalmente! Antes de mais, Sr. Presidente, em relação à questão da ligação da Fontinha a Travassô, o senhor não respondeu, certamente por lapso, depois gostaria, porque muita gente, de facto, tem-me questionado, e até para meu conhecimento, saber em que ponto é que estão essas duas ligações. Em relação à questão do cemitério, é precisamente por causa disto – não é? – que o assunto tem que ser aqui discutido. Paira no ar – paira no ar, não é? – que só não há um cemitério novo porque eu não pedi à Câmara, não é? Foi a ideia que o senhor transmitiu. Curiosamente, eu, na minha intervenção, em dezembro, disse que tinha, no meio desta situação, andado a protegê-lo sobretudo de si próprio, e não menti! Porque eu, em agosto, disse a toda a gente que lá estava, uma vez, numa reunião, no dia 9 de agosto, que o senhor, na altura, disse que não me dava o dinheiro e que eu concordava consigo, porque acho mesmo que não me podia dar, atenção! A ideia que trespassou foi que a Junta nunca pediu e isso está mais que provado que não aconteceu. Tudo bem, passemos à frente! Em relação à questão da água, quando foi a vistoria, nós fomos lá ver a questão da água, tinha lá água, sim senhor, chegámos à conclusão que ela seria derivada, não sei se na totalidade, mas em grande parte, a uma rotura que havia no cemitério, porque nós, em termos de rede, é abastecida pelo sistema de água de Segadães, não tinha contador, portanto, não havia maneira. E eu, fiquei surpreendido, fomos tirar a água, temos um documento escrito da Câmara em como não passa lá nenhuma linha de água, mas, naturalmente, se os populares dizem que passa, a gente também tem que acreditar. Eu disse na Assembleia de Freguesia: “Se vocês dizem que sim, eu acredito”! Tem que se fazer os testes, não é? Não vamos, uma coisa tão séria, ignorar.” -----

----- Em relação à questão do projeto! Eu tive uma reunião, eu e o meu secretário, na Câmara, com 3 pessoas da Câmara, uma reunião que eu pedi, que o senhor não esteve presente, porque não pôde,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

naturalmente, mas para mim, estar o senhor ou não estar, é igual, está representado, em que, de facto, ainda não havia, na altura, o parecer da CCDR, em que me disseram para pedir o parecer da CCDR e em que a Câmara estaria disponível para nos ajudar. Porque acho que é um assunto mesmo de interesse e acho que estes assuntos têm que ser tratados com equidade, se me permite. Nós temos de tratar igual o que é igual e diferente o que é diferente. E acho que em termos do cemitério, se a Junta, é que claro que eu não posso dizer, à partida, que não tem dinheiro para aquilo, não é? Porque eu não sei quanto é que é o preço! Pode ser 10 euros, pode ser 20, e eu chegar cá: “O senhor não me ajuda porque não quer” e, afinal, aquilo até era barato. Certo? Tenho que ser honesto consigo. A questão é: eu tenho que pedir preço. Se o senhor me diz que não tem meios, eu acredito! Agora está-me a dizer que não é a questão do que isso, que foi por escrito. Agora, o senhor está a dizer é que não pode tratar de maneira diferente umas Juntas em relação a outras? Eu tenho que aceitar também! As coisas têm que ser tratadas com transparência. Em relação ao projeto, aquilo que nós acordámos, e honra seja feita, porque nós reunimos, salvo erro, no princípio de janeiro ou fevereiro, não sei, em que o senhor, como seria de esperar, manifestou disponibilidade para que se fizesse as obras no cemitério e se resolvesse o assunto de vez, correto? Entretanto, ficámos de tratar da legalização daquilo, de fazer um projeto para aquilo. O projeto que eu tinha pedido o ano passado, tinha sido um projeto urbanístico e não um projeto técnico, em termos das condições do cemitério, correto? Pediam-me 17.000 euros - eu, se tivesse 17.000 euros, comprava era um terreno, não ia ser só um projeto, não é? Não foi o caso. Estamos a tratar do assunto, como lhe disse, nós pedimos, fizemos uma consulta de mercado a 3 empresas, a ver se nos dão os preços para aquilo. Oxalá seja pouco dinheiro, avançamos! Sendo de notar que eu, nas reuniões que tive consigo e nas reuniões que tive com o pessoal da Câmara, sempre frisei duas coisas: primeiro, que devíamos tratar não só da legalização e de tratar da papelada no espaço que nós queremos aproveitar, como também no espaço nascente, e que toda e qualquer intervenção no espaço que nós queremos aproveitar, que era o da igreja, estaria sempre pendente de uma reunião que eu me comprometi a fazer com as pessoas antes de avançar com o projeto, antes de eu executar o projeto. Que fique claro, porque foi esse o compromisso que eu assumi com as pessoas, que não iria fazer nada sem nós, na altura, falarmos novamente. Em relação ao ser tratado aqui, o senhor é que trouxe o assunto para cá, mas penso que é mesmo a melhor solução! Eles falam, o senhor fala, eu falo, não devia ser? Não devia! Mas, tenha paciência.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Jorge Melo, as minhas desculpas, mas já não tem mais tempo.-----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, posso?”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Faça favor, Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Câmara:** “ Sr. Presidente, muito rapidamente, 2, 3 tópicos para ficarmos, à frente de todos, esclarecidos. Primeira questão: a Câmara Municipal não trouxe para aqui coisíssima nenhuma, nem criou situação nenhuma! Quem lá enterrou o cavalheiro, quem decidiu aquilo, foi o meu amigo. Estamos entendidos? Perguntou-me? Não. Muito obrigado. Estamos entendidos. Portanto, criou uma situação. A partir daqui, é o seguinte: diga-nos, sinceramente, e eu acho que deve decidir isso na sua Assembleia de Freguesia, com os seus fregueses, com as pessoas, o que é que quer fazer, certo? Depois, elabora um projeto disso! Peça, naturalmente, as autorizações devidas, nomeadamente, à CCDR, como deve ser, devidamente instruído quem lhe faz esse processo, naturalmente, instrui-o devidamente. Eu não vejo como é que se pode instruir, ou pedir uma reunião com a CCDR, sem dizer exatamente aquilo que quer fazer. Portanto, defina claramente o que é que quer, e depois, venha ter connosco, dizer-nos o seguinte: “Para fazermos isto”, depois de estarem todos entendidos ou o senhor tomar uma decisão, porque é legítimo, é legítimo que a Junta de Freguesia tome essa decisão! O senhor não vai agradar a todos, não dá! Sabemos perfeitamente isso! Vem aqui e diz-nos: “ Nós precisamos do apoio da Câmara, de tantos”, e eu comprometo-me, sinceramente, a trazer o assunto aqui. E aqui vai ser validado, e então, aqui definimos a forma, o montante com que vamos apoiar a União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas a resolver aquele problema. E volto-lhe a dizer o seguinte: estou ansioso para que isso aconteça. Não vou demorar um único momento, não vamos empatar um único momento relativamente a essa situação. É este o meu discurso! E já não é a primeira, nem segunda, nem terceira vez que peço, sinceramente, tanto às pessoas que vêm aqui trazer o assunto, como ao senhor, para dizer: “Atenção, este assunto, este fórum não é aqui, é lá”. É lá! Este é um assunto da União de Freguesias, não é um assunto ainda municipal. Vai ser o quê? O apoio. Por favor, que não haja aqui nenhuma intenção, nem vontade, que não passe pela cabeça de ninguém que este tenha sido um assunto de alguma forma criado pela Câmara Municipal – não foi! Muito obrigado. Estamos entendidos?”-----

----- **Presidente da Junta da Trofa:** “Estamos.”-----

----- **Presidente da Câmara:** “Estamos entendidos? Perfeito.”-----

----- **Presidente da Junta da Trofa:** “Finalmente.”-----

----- **Presidente da Câmara:** “Finalmente, não! Desde o primeiro momento que tenho este entendimento. Desde o primeiro momento! Aliás, nunca ninguém me ouviu falar de outra forma. Muito obrigado. Relativamente à ligação à Fontinha, estão previstas as ligações todas, no projeto da ligação Águeda-Aveiro. O projeto e toda a envolvente do projeto está nos documentos que têm. Tem que estar! Verificamos, mas tem que estar tudo! Os terrenos que vão ser ocupados pela obra na União de Freguesias de Trofa, antiga Freguesia de Segadães, estarão por ali. Se não, pedimos para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

verificar. Veremos isso sem qualquer problema. Eu espero que sim, eu não consigo andar a ver, com minúcia, tudo isso. Suponho que sim. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais alguém quer usar ainda da palavra neste período antes da ordem do dia? Encerramos o período antes da ordem do dia. O Sr. Presidente da Câmara também, julgo que de forma mais ou menos esclarecedora, foi respondendo a tudo o que lhe foi colocado. Portanto, não havendo mais nenhuma inscrição, passamos à análise dos pontos que constam da ordem de trabalhos. Temos 12 pontos. Começando pelo ponto 3.1.-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **3.1 Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas 2022;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Senhor vice-Presidente, por favor.-----

----- **Edson Carlos Viegas dos Santos – Vice-Presidente:** -----

----- “Boa noite a todos. Sim, estamos aqui mais um ano, mais um ano para prestar contas. E eu só vou realçar aqui algumas notas! Logicamente, o documento é extenso, mas destacar aqui alguns aspetos desta prestação de contas. Realçar que o resultado líquido é um resultado líquido positivo, na ordem de 1.196.169.000 euros, em que este resultado, embora positivo, e tendo em conta – e isto é de realçar – que mantivemos os impostos no mínimo, nomeadamente, o IRS e o IMI. IRS que, como sabem, é 5% do vosso IRS que fica nas pessoas -, foi este o contributo que nós demos também para que esta fase crítica que todos passamos pudesse, de alguma forma, ser atenuada. Gostaria de salientar que conseguimos também manter os prazos de pagamento e até reduzir alguns. Em média, reduzimos os prazos de pagamento, neste momento, são de 27 dias, como referiu o Sr. Presidente. Para alguns, os empreiteiros são mais dias! Mas a média, são 27. Voltámos a diminuir o endividamento municipal – neste momento, a dívida à banca ronda mais ou menos os 200.000 euros. Cumprimos os limites de endividamento e mantivemos fundos disponíveis de perto de 15.000.000 euros, o que nos garante uma possibilidade de financiamento, caso necessitássemos, para assumir compromissos de grande importância para o futuro. O que não prevemos, não prevemos que haja necessidade no curto prazo de tempo, porque todas as obras que fazemos são obras que são, a maior parte delas, financiadas e, portanto, isso também tem sido uma gestão que nós temos procurado fazer ao longo destes anos. Os valores em caixa dariam, neste momento, para pagar empreiteiros, fornecedores e a dívida à banca. É algo que nos também apraz aqui realçar. Se é verdade que também tivemos um aumento da receita, também não deixa de ser verdade que tivemos um significativo aumento da despesa, e isto, nomeadamente, no aumento do número de funcionários – neste momento, o Município de Águeda tem 508 funcionários. Também aumentou, e muito consideravelmente, o preço dos materiais, dos serviços, nomeadamente, por causa da situação da guerra na Ucrânia, como todos sabemos. Houve um significativo aumento da revisão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

preços nas empreitadas, algo que não estaríamos a contar quando fizemos o orçamento para 2022, a energia, etc. Todos nós sentimos um pouco, quer particularmente, e muito, neste caso do Município, sentimos que vem-nos de alguma forma tentar recriar a parte financeira que nós tínhamos planeado. Depois de um ano de pandemia, veio esta guerra na Europa. Condição, e muito, uma evolução, que estávamos a considerar uma evolução económica muito positiva, e estes foram, sem dúvida, fatores que determinaram uma execução um pouco fraca. Assumimos que esta execução orçamental não era aquela que estávamos a prever, mas isto tudo, muito a ver, essencialmente, com estes aumentos de preço, com estas situações que não estávamos a prever. Muitas das obras que estávamos a prever que avançassem numa forma de candidatura e as candidaturas fossem mais aceleradas, não tivemos essa resposta e, portanto, muito do orçamento ficou por executar. -----

----- Estas contas espelham, a meu ver, e uma nota final, a transparência, e são de facto um reflexo do trabalho de todos os trabalhadores do Município, porque ninguém faz nada sozinho, logicamente que este trabalho, esta ideia de que trabalho de grupo, trabalho de todos, torna-se algo que é rico e gostamos de realçar, para que, de facto, o nosso Concelho continue a ser um dos Concelhos que está sempre na linha da frente. Portanto, eu realçava aqui alguns destes aspetos. As contas do Município são contas que nos dão garantias do futuro e daquilo que está previsto também na construção daquilo que temos para o nosso Município. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Inscrições para o ponto. Já tenho duas sinalizações. O Deputado José Tendeiro, Sr. Deputado Miguel Oliveira e Sr. Deputado Mauro Ezequiel. Sr. Deputado José Tendeiro, por favor.-----

----- **José Miguel Ramos Tendeiro – PPD/PSD.MPT:** -----

----- “Boa noite a todos, excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, senhoras secretárias da mesma, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas Deputados municipais, público aqui presente e que nos assiste através da Águeda TV, e ainda a comunicação social. O ponto que estamos aqui hoje a apreciar é da maior importância para o nosso Concelho e, por isso, o grupo municipal do PSD quer enaltecer o sentido de responsabilidade do executivo municipal na promoção da estabilidade financeira. Todos concordarão que a estabilidade financeira é algo extremamente importante, principalmente em tempos de grande incerteza, os tempos que vivemos atualmente. Para além disso, trata-se de um sinal de grande credibilidade para os cidadãos, os fornecedores e potenciais investidores no Município, e ainda perante entidades credoras. Mostra ainda que a Câmara Municipal é capaz de gerir as suas finanças de forma responsável, de forma sustentável, havendo assim mais recursos disponíveis para investir em infraestruturas e ainda em serviços em prol da população. E os resultados apresentados no relatório aqui discutido hoje, no relatório de gestão de 2022, mostram-nos mesmo o que o Vereador Edson acabou de nos dizer. Apesar de os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

resultados financeiros também terem tido aqui um grande aumento no valor das receitas, isso não significa que, como novamente já foi explicado, que tenha havido aqui um aumento nos impostos e nas taxas municipais, antes pelo contrário, os valores, como sabemos, e tem sido política deste executivo, tem sido da concordância desta Assembleia, abdicar da totalidade da taxa variável do IRS. Estando nós em abril, num período de entrega das declarações de IRS e com alguns cidadãos que já receberam também alguns esse reembolso, vale a pena relembrar que Águeda abdicou de arrecadar mais de 2.000.000 euros, valor que não vem, digamos assim, para os cofres da autarquia, mas sim, fica nos bolsos dos contribuintes residentes no nosso Concelho. Para além do IRS, também temos o caso do IMI, que a Câmara Municipal manteve a taxa mínima legal, política com a qual também concordamos, e que no total, com estes 2 impostos, ou seja, aqui o IMI e o IRS, o Município prescinde de cerca de 5 milhões quando comparado com Municípios que têm uma política distinta e oposta à que é seguida no nosso Município. Ainda assim, foi possível crescer sem aumentar a carga fiscal das famílias e das empresas, o resultado líquido foi superior a 1.000.000 euros, valor que nos deixa bastante satisfeitos e confiantes no futuro e nos futuros investimentos.-----

----- 2022 foi um ano bastante atípico, com início de uma guerra no nosso continente, que já não vivíamos desde o século passado, por consequente, tivemos aqui o valor do aumento da inflação, valores que também já não estamos habituados com estes aumentos, e este executivo conseguiu manter uma gestão responsável e, mesmo assim, apresentar valores e, mesmo assim, apresentar o melhor resultado líquido dos últimos 10 anos. Quanto à dívida efetiva apresentada no relatório, na nossa perspetiva, é baixa, absolutamente sustentável e, no que respeita ao crédito bancário, não houve recurso a financiamento neste período e apenas continua a ser amortizado um crédito já residual e que foi contratualizado há mais de 10 anos. A ilação que retiramos dos últimos exercícios financeiros, no qual este ano de 2022 também se inclui, é que o Município de Águeda apresenta uma boa independência financeira e, ao mesmo tempo, boa capacidade junto da banca. Estes são 2 aspetos muito importantes que reforçam a credibilidade do Município no acesso a créditos em condições mais favoráveis e, por isso, poderá também ser uma vantagem e a ser importante, na nossa perspetiva, no financiar de projetos ambiciosos e projetos que desejamos que sejam implementados no futuro. Se por um lado é verdade que Águeda tem conseguido captar um volume muito significativo de fundos europeus, são mais de 80.000.000 para grandes obras, como é o caso da transformação do Parque Empresarial do Casarão num novo parque empresarial de uma nova geração, com as melhorias nas acessibilidades, como já falámos aqui do tema da ligação Águeda-Aveiro, ainda no tema da habitação na execução da estratégia local de habitação, entre outros projetos que serão cofinanciados. Por isso, também querendo destacar o sentido de responsabilidade neste executivo a preparar desde já o futuro, a preparar desde já as finanças municipais para os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

desafios que Águeda terá no futuro e que muito destacamos estes projetos que também serão apoiados por fundos europeus. Sr. Presidente, senhores Deputados, temos ouvido muito a expressão na comunicação social a nível nacional, a expressão das “contas certas”, mas todos sentimos que apenas estão certas, a nível nacional, à conta de cargas fiscais elevadas e de um investimento público muito baixo. Em Águeda podemos constatar que as contas também estão certas, sem que o investimento público pare e com mais receita, mas sem subida da carga fiscal. Quando assim é, a leitura é muito simples, significa que o Município está economicamente mais dinâmico e mais competitivo. Muito obrigado pela vossa atenção.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

----- “Muito boa noite a todos. A todos cumprimento nas pessoas do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Eu nem devia intervir neste ponto, mas uma vez que aqui há um tempo encontrei divergências entre o documento que é submetido no relatório do segundo semestre do ano e o relatório de contas, e dei conta disso aqui, agora entendo que é meu dever, não tendo encontrado as mesmas divergências significativas, vir aqui dizer que não encontrei divergências significativas entre os 2 documentos, o que significa que ao menos houve uma reparação de uma coisa que seria anormal. Portanto, congratulo-me com isso e fico aliviado. Em relação às contas, eu vou dizer aquilo que sempre disse e que o PSD aqui veio dizer-nos a fio, é que nós não podemos ter sucessivamente orçamentos que estão permanentemente empolados, e é quando se apresentam as contas, que nós verificamos o nível de empolamento dos orçamentos. Por exemplo, quando a execução da despesa é de 68%, quando o ideal é que ande pelos 86, nós ficamos um pouco tristes. Ficamos sempre tristes! Gostaríamos de ter um valor como o do ano passado, a aproximar dos 80%! Só que, notem, isso são as dotações corrigidas! São aquelas que nós aprovámos em dezembro de 2022, não são aquelas que foram aprovadas no orçamento de 2022 inicial. São as dotações corrigidas! As dotações corrigidas, na execução da despesa, 68%, a da receita, 72%. E falou-se ainda há pouco de investimento – é bom que haja investimento, mas, por exemplo, a execução das despesas de capital, ou seja, de investimento, que, por ser uma Câmara, é investimento público, 49%, não chegou a metade do que foi planeado. E eu compreendo que, muitas vezes, estas divergências estão associadas à imprevisibilidade da aprovação dos fundos comunitários – por exemplo, é um bom motivo! Nós contamos ter os fundos comunitários e eles não são libertados para aquela obra e, portanto, ela cai, mas exatamente por isso é que temos as correções.”-----

----- Portanto, eu ia fazer um apelo, não levem isto como crítica, já sabem que a crítica é sempre a mesma, o discurso é sempre o mesmo, não há nenhuma inflexão, nem nenhuma variação. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

problema é sempre o mesmo! O ano passado aliviou bastante, eu vim dizer que estava contente porque aliviou. Este ano piorou, venho aqui dizer que estou descontente porque piorou. E, já agora, em relação ao saldo, eu ficava contente se tivesse sido cumprido o orçamento. Se a execução fosse de 86%, ou mais, e nos sobrasse ainda 1.000.000 euros, eu ficava contente. Agora, se a execução foi pobre e ainda se ficou com 1.000.000 euros por gastar em investimento, isto, vão-me desculpar, eu não posso entender que é boa gestão, porque há uma coisa, que se chama oportunidade, que se perde, e que se perde, sobretudo, num ambiente de inflação e de aumento de preços. Isto é clarinho como a água! Portanto, nós podemos fazer muitos exercícios à volta disto. O que é que eu concluo? Concluo que, em princípio, estas contas estão corretas – é isso que diz o revisor oficial de contas que, desta vez, não apresenta divergências em 2 documentos. Agora, eu não acredito que eu tivesse disponibilidade para ver exaustivamente estas contas de fio a pavio. Nós estamos a falar de mais de 2.000 páginas! Mais de 2.000 páginas. Para encontrar o relatório do revisor oficial de contas, eu vi-me aflito, como devem imaginar! Mas lá encontrei uma forma e lá está. Mas também não precisava, exatamente porque tenho a informação do revisor oficial de contas e porque acredito que os senhores procuram fazer bem o vosso trabalho. Portanto, quando encontro uma divergência, venho aqui falar dela para ver se, da vez seguinte, já não acontece. E é essa a esperança que eu levo daqui. É que, em relação ao ano anterior, temos um orçamento ainda maior, temos todos a esperança de que ele seja executado num grau superior e eu ficarei contente se ele for executado num grau elevado, mas não de um grau de 68%, pelo menos, no que respeita à despesa, e nunca em 49 no que respeita às despesas de capital. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor. -----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:** -----

----- “Boa noite a todos. Cumprimento todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Eu, depois de ter feito uma análise bastante rápida de 2.000 páginas que nos foram enviadas, a gente chega a um ponto que já nem sabe em que página é que está, nem que mapas é que há de procurar, porque estão 100 páginas atrás, outros estão 100 páginas à frente – isto é um bocado complicado. Penso que é o primeiro ano completo em que o PSD Juntos, apresentam contas no primeiro ano completo de mandato. E, apresentar um relatório de contas com 2.000 páginas é uma tarefa hercúlea, quer dizer 2.000 páginas, nem com aquela ferramentazita que tem no PDF, “Procurar” e tal, consegue andar aqui à procura. Mas, pronto, como disse ali o colega Miguel, eu suponho que o revisor de contas não se enganou, nem foi enganado, e as contas estarão de acordo com a lei. De salientar que, de análise assim rápida e sucinta das contas, para não estar a maçar as pessoas, porque já foi quase tudo dito, o senhor vice-Presidente falou num resultado líquido de 1.100.000 euros, falou num prazo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pagamentos de 27 dias, falou numa dívida de 200.000 euros – gostava de perguntar ao senhor vice-Presidente qual é a taxa de juro destes 200.000 euros, porque se as taxas de juro forem a subir muito, com tanto dinheiro em caixa, vale mais pagar o empréstimo. Penso eu, não é? Pelo menos alivia a demonstração de resultados em termos de juros. Acho que, se há tanto dinheiro em caixa, vale mais pagar os 200.000 euros de uma vez. Para que é que se anda com 200.000 euros se temos milhões em caixa? Acho que não faz sentido, e com as taxas de juro a subir. A não ser que tenham taxas de juro zero por ser um cliente antigo, não faço ideia. Mas que não deve ser o caso! -----

----- Relativamente à receita, salta à vista dos quadros, aqui nas transferências de capital, como até já foi referido aqui pelo Dr. Miguel, que é: orçamenta-se 17.000.000 euros de receita, e depois, faz-se uma correção em alta, e depois, afinal de contas, executa-se 5.900.000 e há um desvio de 11.646.000 euros. Quer dizer, nós, pelo histórico que a Câmara tem em termos de apresentação de orçamentos para os anos seguintes, eu chego à conclusão que, nos últimos 10 anos, nós temos orçamento suficiente para os próximos 10, escusamos de apresentar orçamentos. Com as diferenças que temos entre o que é executado e o que é previsto, as diferenças, todos os anos, dá para apresentar orçamentos para os próximos 10 anos, não é preciso apresentar orçamentos. Porque, efetivamente, com este tipo de cálculos é praticamente impossível ter uma noção real do que é que são as contas aqui da Câmara Municipal. E temos aqui uma taxa de execução de transferências de capital de 33,9%, na receita – estou a falar da receita! Que é uma coisa fantástica, não é? Como disse ali o Dr. Miguel, isto devia andar por volta dos 80%, 85%, 80, um bocadinho superior aos 80! E tanto é, a despesa é a mesma coisa! Ficava contente, porque temos tanto dinheiro em caixa, que, se temos dinheiro em caixa, que se façam investimentos de capital, aqui, naquilo que faz falta aos habitantes de Águeda. Temos uma execução da despesa de 61%, vem com a explicação, o senhor Vice-Presidente, que é por causa da Ucrânia, que é por causa dos preços, que é por causa das obras terem muitas revisões, mas as obras têm revisões porque não são executadas! Se elas forem executadas a tempo e horas, não têm tanta revisão, logo, não têm tanto acréscimo de preços, penso eu. Não sei, eu penso que é a realidade das coisas.-----

----- Depois, só para dar aqui algumas questões! Transferências de capital para as Freguesias, estimou-se 1.400.000 euros, transferiu-se 907.000 – sei que vão dizer que se transferiu, no total, 2.000.000, mas, está aqui, na ação social previa-se 988.000.000, executou-se 459.000.000. Na habitação, serviços coletivos 459. Não, mil euros. É um lapso. É como há aqui alguns! Como há aqui alguns no relatório, também há aqui alguns lapsos! Depois, temos aqui na habitação e serviços coletivos, prevê-se uma despesa de 11.000.000, chegou-se aos 6 – 5.000.000 de diferença, quase metade! Na proteção do meio ambiente temos aqui uma dotação de 1.200.000 euros, foram executados 636.000, e andamos por isto, as rubricas andam sempre a metade! Sempre a metade da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

execução! Quer dizer que o que foi orçamentado, ou não souberam orçamentar, ou então, querem orçamentar sem ter a certeza, ou pelo menos 80% daquilo que vão conseguir executar, para quê? Para os orçamentos terem alguma fiabilidade. Agora, faz-se orçamentos empolados em 20.000.000, 25.000.000! O deste ano, de 2023, eu quero ver depois, vai ser outra coisa fenomenal, se não vierem os fundos comunitários todos para as obras, quero perceber. A situação financeira da Câmara, como foi dito, está controlada, mas, tendo uma condição financeira controlada, acho que não há motivo para não se investir no bem-estar das populações, em tudo o que é em mobilidade, em habitação condigna, em saúde, educação, se há dinheiro para investir, porque é que não se investe? Se temos uma situação financeira boa, há que investir! O dinheiro, por assim dizer, não é da Câmara Municipal, é de todos nós! E nós merecemos, pelos impostos que a gente paga, merecemos que a Câmara Municipal invista nas boas condições de vida que nós merecemos, porque pagamos impostos, e não são poucos, que sabemos bem que temos uma carga fiscal não em termos de Município, mas em termos gerais, uma carga fiscal bastante pesada. Bem, em relação ao relatório, acho que a confiar no relatório do revisor oficial de contas, o Partido Socialista, como é óbvio, vai votar favoravelmente as contas porque embora seja uma tarefa hercúlea, não encontramos aqui divergências materialmente relevantes para não ser aprovado. Portanto, esse vai ser o nosso voto, mas continuamos naquilo que andamos a dizer, nós e o PSD, que andou a dizer, 30 anos atrás, e consecutivamente, façam orçamentos que sejam minimamente corretos para não andarmos sempre aqui todos os anos com retificações e com alterações, e com este tipo de instrumentos que só descridibilizam quem faz os orçamentos, porque o orçamento, como dito pelo PSD há muitos anos atrás, é um documento de trabalho, não é um documento que a gente mete lá números, o Excel pode tudo – pois pode, é verdade, pode tudo! Mas há um histórico anterior, que a Câmara executa 29, 30, 34, 35, 36.000.000 euros – se executa 36, para que se faz um orçamento de 60.000.000? Para que é que se faz um orçamento de 50.000.000? Para depois chegarmos todos a dezembro e novembro e, às vezes, em cima da aprovação de contas, no ponto anterior, a fazer retificações aos orçamentos, enfim, acho que era de bom tom que começássemos a ter alguma consistência na elaboração de orçamentos, que é para não estarmos todos os anos, todos os anos, todos os anos, também já cansa, todos os anos, estarmos sempre a dizer a mesma coisa.-----

----- Depois, também queria só frisar aqui uma questão por último, que é o seguinte: eu acho que não faz sentido estarmos a votar o ponto 3.1, “Aprovação e votação dos documentos de prestação de contas” – votamos, aprovamos e a seguir vamos votar o relatório semestral. Mas isto faz algum sentido? Depois de aprovar as contas, estar a votar o relatório semestral? Pela tomada de conhecimento? Mas faz algum sentido? Isto já devia ter vindo antes, nem que fosse provisional! Nem que fosse provisional, para a gente ter uma ideia. Agora, a gente chega aqui, toma conhecimento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

relatório, tudo bem, certo, alguns “mapazitos”, tem lá umas “diferençazecas”, mas isto não é nada de especial, mas, face ao passado, está muito melhor, como diz ali o Deputado do CDS. Agora, quer dizer, acho que não faz sentido estarmos a tomar conhecimento, então, tomávamos antes conhecimento em fevereiro, na reunião de fevereiro, ou fazia-se uma reunião extraordinária para tomar conhecimento do relatório semestral, e a seguir, agora, em março ou abril, aprovavam-se as contas. Acho eu que fazia sentido! É só a minha opinião. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma inscrição para o ponto? Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor.-----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Boa noite a todos. Uma intervenção muito breve. As 2.000 páginas, o Partido Socialista queixa-se tanto da falta de documentação, têm tanta documentação a procurar, 2.000 páginas, portanto, eu fico contente que a informação seja exaustiva e que chegue em boa quantidade, para que possamos ter matéria para podermos trabalhar e tomar perfeito conhecimento das contas. Outra questão, às vezes, fico um pouco atónito com a forma como se transforma uma prestação de contas e, digamos, um resultado que terá os seus defeitos, as suas virtudes, mas é um resultado global bastante positivo. Como é que se consegue tentar transformar um documento destes numa coisa abominável e conseguimos olhar apenas para a execução e não olharmos para os valores, digamos, brutos envolvidos em cada rubrica? Porque se nós olharmos para 2021, isto era muito fácil de resolver, vínhamos cá em dezembro, fazíamos uma retificação orçamental, como se fez noutros anos, e isto ia para valores lindos e agora ninguém se queixava porque a execução era alta. Mas isso não foi feito desta forma. E também relembro ao Sr. Deputado Mauro, isto já lá vem de trás, não sei se a sua memória se lembra do tempo lá muito para trás, portanto, isso foi algo que já tem vindo a ser falado e reiterado, Sr. Presidente, que é uma política assumida, o senhor vice-Presidente já explicou várias vezes que era a nossa forma, e já era anteriormente, quando este executivo era do Partido Socialista, era a forma de elaborar os orçamentos, é a forma de trabalhar, perfeitamente clara, e tudo indica que continuará a ser. E se nós olharmos, por exemplo, para algo relativamente simples! Em 2021, o valor da receita, estamos a falar de 35.000.000, em 2022 estamos a falar de 37 – reduzimos isto a uma execução mais baixa só porque o orçamento foi empolado, desvirtua um pouco aqui as coisas. O que nós temos que entender nesta prestação de contas é que existem muitas variáveis que condicionam a execução, obviamente, em função do orçamento inicial, mas, no global, nas contas do ano passado, houve um crescimento a todos os níveis num ano terrível, toda a gente se esquece, a memória é seletiva, é curta e não nos lembramos o que esteve em causa no ano passado, portanto, eu congratulo-me com esta prestação de contas e a única coisa que eu espero, Sr. Presidente, é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para o ano estejamos aqui com mais um bocadinho de crescimento e a falar com as mesmas dores que agora se queixam, ou mais algumas. Tenho dito, Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Mauro Ezequiel, só relembra-lo que tem pouco mais do que um minuto ou pouco menos do que um minuto.-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:** -----

----- “Em relação à entrega de documentos, acho que o executivo do PSD até devia estar um bocadinho calado sobre o assunto, porque o PS e outros grupos parlamentares andam há meses e anos a pedir documentos! E o Sr. Deputado vem aqui falar nas contas, a dizer que temos 2.000 documentos – não, você devia ter trazido os 2.000 que a gente já pediu e que o executivo teima em não dar! Há N tempo! Eu já pedi documentos há mais de 2 anos e não foram entregues. Nem agora! Nem agora que já foram entregues alguns documentos, conforme falou o Deputado Paulo Tomaz, mas os que eu pedi ainda não foram entregues. Há mais de ano e meio ou 2 anos, eu não faço ideia! E isto também é uma observação para o Sr. Presidente da Assembleia, que provavelmente faz as suas diligências, só que não lhe são fornecidos! E o Sr. Deputado vem para aqui falar sobre a entrega de documentos e justificar que a entrega de um documento de 2.000 páginas, que a gente fica contente! A gente fica contente até com 50.000 páginas, desde que sejam entregues a tempo e que digam alguma coisa às pessoas, para futuro, estratégia, visão, está a ver? Agora, escrever 2.000 páginas que as pessoas, sabe que as informações devem ser curtas e sucintas para as pessoas entenderem, não é a gente começar numa página e, quando vai na décima, já não sabe o que é que leu na primeira, porque aquilo é uma amálgama de coisas ditas, está a ver? Pronto, isto é a primeira.-----

----- Em relação à maneira de fazer orçamentos! A maneira de fazer orçamentos do Presidente Gil Nadais, em que participaram, no elenco, o senhor Vice-Presidente e o Sr. Presidente, é que estava mal feita, igual! E eu digo aqui, estava mal feita! Já ninguém faz orçamentos dessa maneira em Câmaras aqui à volta. Vão ver! Vão ver se alguém faz orçamentos desta maneira aqui à volta. E a prestação de contas, ali da Câmara Municipal onde trabalhou ali a Deputada do PS, vá ver a prestação de contas deles, analise a prestação de contas! Está a ver? Veja se tem 2.000 ou 3.000 páginas. E está lá tudo “escritinho” e tudo direitinho e não tem estas diferenças orçamentais de sonhos e de outras coisas, que as pessoas sonham e escrevem na folha de Excel e, pronto, “Está bem, logo se vê depois! Daqui a um ano ou um ano e meio, a gente depois logo vê”. Está a ver? Os orçamentos do PS foram feitos assim e foram mal feitos, digo aqui! Foram mal feitos. E a prática continua desde 2005, para aí, eu não estava cá nessa altura! Mas, desde 2005 até agora! Mas porque é que continua a prática se estamos sempre a fazer os mesmos erros? Erros, entre aspas! Não estou a falar que são erros materiais de contas, estou a falar o erro em termos de perceção e em termos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

elaboração. Porque, se perguntarem ali aos Srs. Presidentes de Junta, os Srs. Presidentes de Junta, os orçamentos deles são feitos desta maneira? Quer dizer, não têm a ideia daquilo que vão... quanto a Câmara vai dar, quanto não vai dar, as obras que têm? Eles fazem os orçamentos... “Eu vou fazer aqui uma obra, vou meter cá 50.000 euros, ou 100, ou 200.000 euros que a Câmara, se calhar, vai-me dar” – é assim que eles fazem os orçamentos? Não acredito que seja assim!”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Pode concluir, Sr. Deputado.-----

----- **Deputado Mauro Ezequiel:** “Se for assim, continuamos na mesma cena, quer dizer, que é da Câmara Municipal, passa para as Juntas de Freguesia a mesma maneira de fazer orçamentos. E acho que não está correto, porque acho que devemos primar por fazer um orçamento o mais correto que a gente possa. Há sempre diferenças, como já sabemos! Há sempre diferenças, há sempre imponderáveis, há sempre, neste caso, guerras, há sempre inflação, há sempre tudo! Mas, a inflação de 6 ou 7% não é representativa da diferença que há entre a execução e o que foi orçamentado – são 6 ou 7% da inflação! A diferença entre o orçamentado e o executado é de 7%? Não creio.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Mauro Ezequiel, peço que conclua.-----

----- **Deputado Mauro Ezequiel:** “Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Mais alguém quer intervir no ponto? Tem tempo. Faz favor, Sr. Deputado.-----

----- **Deputado Humberto Moreira:** “Sr. Deputado, que fique aqui bem claro uma coisa, e às vezes é isto que fica no ar, acredito que não tenha sido intencional! Nesta Câmara, nunca ninguém fez orçamentos de, “Chuta para lá para o Excel, mete lápis na orelha, mete lá mais 50, mais 100, que isto há de ir” – que fique bem claro que isto nunca foi assim e jamais será com estas pessoas que estão aqui! Os orçamentos são rigorosos, isto é uma forma de os fazer, não há nada de ilegal, o senhor concorda ou não concorda, ponto final. Está assumido que é assim. Agora, não há orçamentos levianos, nem isto não é nenhuma mercearia de esquina, é uma Câmara Municipal com gente séria e gente que sabe fazer as coisas, e que nos trouxe aqui até hoje. É só isto que eu quero deixar claro, Sr. Presidente. Tenho dito.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Não havendo mais nenhuma inscrição para o ponto, Sr. Presidente, tem a palavra.-----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, só muito rapidamente e para lhe dizer que tenho alguma dificuldade de falar daquilo que não sei! E, desde já, assumo aqui claramente que não sou, nem economista, nem contabilista. Não sou e, portanto, as contas são contas, estou absolutamente convencido, eu diria que dou o meu nome e a assinatura por elas, sem qualquer tipo de problema, confio inteiramente nas pessoas que trabalham no Município e que tratam das contas, mas confio nas que estão cá há muitos anos e são de absoluta confiança, para mim e para quem cá esteve antes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de mim, e com toda a certeza para quem cá estiver depois de mim. Portanto, são pessoas que merecem isso. Depois, também os nossos revisores oficiais de contas são, naturalmente, peritos e, por isso são designados como tal, e fazem-nos uma certificação legal de contas sem apontamentos dignos de nota o que nos deixa muito tranquilos. Quero agradecer ao Deputado Humberto Moreira que chamou aqui à atenção para uma coisa, que essa é a minha parte, e como faço questão de o dizer aqui hoje – é que reparem numa coisa, 2022 é o primeiro ano do mandato. Historicamente, o primeiro ano de um mandato, as coisas andam mais devagar. O engraçado da história é que estas contas mostram, com os números em bruto, que acelerámos. Incrível! Acelerámos relativamente a 21, esse, sim, o último ano do mandato. Nós tivemos mais receita, tivemos mais despesa, fizemos mais obras, fizemos mais investimentos e aumentámos o resultado líquido. Fantástico! Isto é o pouco que eu sei! É o pouco que eu sei! Não, mas é que nós viemos durante a pandemia, também, sempre a aumentar! Sempre a aumentar! É este o caminho. E é isto que as pessoas devem sentir. Se as pessoas lá fora sentirem isto, estou extraordinariamente satisfeito, eu não quero com isto dizer que já fizemos tudo, não! Temos tanta coisa para fazer! Mas a sério que sim. E, portanto, é isto mesmo, o que nos tranquiliza.-----

----- A questão das boas contas mostra-nos que, efetivamente, quando apresentamos orçamentos podemos estar completamente tranquilos, porque mesmo e, já agora, lembrar aqui, as questões das baixas, em termos percentuais, de concretização de execução, têm a ver que não fizemos aquele orçamento retificativo em baixa que fizemos no final do ano de 2021. Nós não o fizemos por uma razão muito simples, é que a realidade não muda. A realidade não muda! Mudavam estes valores percentuais das contas, que, sabem uma coisa? A única coisa que nós tínhamos aqui era um discurso diferente, porventura, da vossa parte, porque a realidade, aquilo que foi feito efetivamente, o dinheiro que foi gasto e o que se arrecadou, foi rigorosamente o mesmo e nada muda essa realidade. Estas contas estão certificadas, não são apontadas falhas e eu queria-vos dizer que estamos muito satisfeitos com elas e prevemos e queremos muito que neste ano, que estamos já em pleno andamento, que continue este ciclo de melhorar consecutivamente. É a isso que nos predispomos. Estou convencido que o vamos conseguir. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Presidente. Vou colocar o ponto à votação. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de prestação de contas de 2022. -----

----- **3.2 Tomada de conhecimento do Relatório Semestral 2.º Semestre 2022;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** A documentação foi enviada junto com a restante documentação que a Assembleia remeteu, questiono se alguém quer intervir ou quer algum esclarecimento sobre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

relatório semestral do segundo semestre? Não? Poderei passar para o ponto seguinte? Muito bem. Avançando.-----

----- **3.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Águeda;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Julgo que o Sr. Presidente não está para apresentar o ponto. Senhor vice-Presidente? -----

----- **Vice-Presidente da Câmara:** Se pudéssemos aguardar, porque de facto é um ponto que penso que está com o Sr. Presidente e ele gostaria de dizer aqui algumas palavras. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Podemos interromper. Os trabalhos da Assembleia estão a correr de forma bastante célere, portanto, nada a opor, podemos fazer um intervalo de 5 minutos.-----

----- [Intervalo do minuto 01:40:00 ao minuto 01:51:00]-----

----- **Presidente da Assembleia:** Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta, peço o favor de se acomodarem. Vamos dar reinício aos trabalhos. Volto a apresentar o **ponto 3.3 “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Águeda”**. Sr. Presidente, quer apresentar o ponto? -----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, sim, muito rapidamente. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, depois de todas as entidades nomearem e indicarem os seus representantes no conselho, conforme foi solicitado, ocorreu uma primeira reunião - a reunião de instalação que, ao contrário de o que acontecia aqui até há uns anos, que essa instalação se fazia perante a Assembleia Municipal, agora faz-se perante a Câmara Municipal e, portanto, nessa altura decorreu logo de imediato a primeira reunião, onde foi proposto um regulamento. O regulamento foi participado por todos, teve até algum tempo de participação e é esse o regulamento que nós estamos aqui a submeter para aprovação pela Assembleia Municipal e de acordo com a lei. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhores Deputados, intervenções para o ponto? Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

----- “Sr. Presidente da Câmara, após uma leitura muito rápida do regulamento, pode-se verificar que, o mesmo, tem por objetivo perceber quais são os índices de criminalidade em Águeda, quais os pontos negros, em termos rodoviários, identificados no Município, a evolução da criminalidade, os índices de segurança de ordenamento social, a situação sócioeconómica municipal em termos de índice de perigosidade e a minha pergunta é: quem é que vai ficar responsável, e de que forma e com que verba afeta, se vai criar algum gabinete, se vai atribuir algum recurso humano, para que se metam em prática estes objetivos? Ou se, porventura, serão estes elementos, tanto da comissão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

restrita como da alargada que, nas reuniões que vão ter, eventualmente, de meio em meio ano, ou de ano a ano, não sei qual é a casuística das reuniões, se vão apresentar alguns dados, e depois, como é que eles vão ser tratados? Eu vejo, por exemplo, que há o objetivo de perceber como é que funciona o regulamento de prevenção rodoviária, que é algo que eu reivindico já há bastante tempo para o Município, que é um plano municipal de prevenção rodoviária, como é que pensa o Município operacionalizar este mesmo plano? Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais inscrições? Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:** -----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Como dizia há 3 anos a moção aqui apresentada pelo CDS e que foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal, a segurança é uma temática transversal e uma preocupação permanente das populações, dos agentes económicos e das instituições e, como tal, não pode deixar de ser também uma preocupação permanente dos decisores políticos. Na sua modalidade alargada, o conselho de segurança tem como principais objetivos promover o diálogo entre as diversas entidades que constituem, diagnosticar situações de problema e concertar propostas de prevenção e de intervenção em questões como a marginalidade e a segurança, a exclusão social, a violência doméstica e a sinistralidade rodoviária. Não menos importante, a abertura à participação do público nas reuniões em modalidade alargada visa promover a correta informação e envolvimento de todos na prevenção e resolução dos problemas de segurança da comunidade. Por isso, é com natural agrado que recebemos para aprovação este regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Águeda, esperando que o seu funcionamento regular contribua para reforçar e melhorar a segurança e, não menos importante, o sentimento de segurança da nossa população. Como se costuma dizer, esperámos, mas, mais vale tarde do que nunca. E, a propósito, relembro que, em 2020, esta Assembleia aprovou também uma moção apresentada pelo CDS que apelava à instalação do Conselho Municipal de Saúde e que esta moção mereceu o voto favorável de todas as forças políticas, com a exceção do movimento Juntos, que se absteve. Muito antes de o governo do Partido Socialista ter introduzido a criação deste tipo de conselhos municipais na legislação sobre a transferência de competências para as autarquias locais, outros Municípios já tinham em funcionamento estruturas consultivas de auxílio à elaboração e ao acompanhamento de estratégias e planos municipais de saúde eficazes e adaptados às especificidades da sua população. Cascais, por exemplo, uma autarquia governada pelo PSD e pelo CDS, em coligação, iniciou este percurso em 2014, salvo erro. Portanto, manifestando a nossa satisfação pela vinda deste regulamento à aprovação da Assembleia Municipal, voltamos a reforçar o nosso apelo, esperando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

receber em breve para aprovação o regulamento do conselho municipal de saúde de Águeda. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado também, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

----- “Sr. Presidente, antes de mais, aproveitando o que foi dito antes de nós, pelo CDS, queremos associar-nos e acompanhar quanto à recomendação de efetiva constituição do Conselho Municipal de Segurança. Quanto ao tema em análise relativo ao conselho de saúde, era o que queria dizer! Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, gostaríamos de propor que, aproveitando-se a necessidade da sua revisão, atendendo à alteração da lei que o enquadra, parece-nos que e, já agora, vou aqui muito brevemente referir 2 ou 3 dos aspetos que fazem parte das competências deste conselho, sendo que há um conselho na modalidade alargada, um conselho na modalidade restrita, neste momento, e refiro-me ao conselho na modalidade alargada, portanto, às competências que estão no artigo 7.º. Bom, no fundo, este conselho terá a competência de emissão de parecer sobre a evolução dos níveis de criminalidade, vou saltar. As condições materiais e os meios humanos empregados nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar, também à situação socioeconómica municipal, naturalmente, aspetos ligados ao controlo da delinquência juvenil, ao tráfico de droga ou outro tipo de dependências, situações sociais de particular vulnerabilidade e com potencialidade criminosa, e há também aqui a necessidade de emissão de pareceres sobre programas de policiamento de proximidade. Disse isto, no fundo, para melhor basear, penso, aquela que seria a nossa proposta, porque, de entre as entidades que se propõe fazerem parte deste conselho na sua modalidade alargada, não figura uma que nós propomos que figure e, possivelmente, poderia merecer outro arranjo em termos de ordenação das alíneas, mas talvez para não complicar, proporíamos que ficasse na alínea n), que é a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Águeda. Sabendo que é possível que, para estas reuniões do Conselho Municipal de Segurança na modalidade alargada, que sejam pontualmente convidadas entidades. Todavia, parece-nos que, estruturalmente, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Águeda tem íntima ligação aos aspetos que aqui estão em causa. Em si, também resulta, no fundo, de uma coligação de representação de entidades, de alguma forma. Esta seria a nossa proposta. Portanto, posicionamo-nos favoravelmente, naturalmente, a este regulamento, a esta nova versão do regulamento, e propúnhamos que, de facto, no artigo 6.º, n.º 1, fosse aditada uma alínea n), em que incluíssemos um representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Águeda.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma inscrição para o ponto? Sr. Deputado Paulo Tomaz, já agora, só em jeito de esclarecimento – é uma proposta para a Mesa ou é uma proposta para o Sr. Presidente? Muito bem. Vamos aguardar a resposta do Sr. Presidente. Muito obrigado. Mais nenhuma inscrição para o ponto? Sr. Presidente, quer proceder às respostas?--

----- **Presidente da Câmara:** “Sim, Sr. Presidente. Esta questão foi pensada, naturalmente, e foi pensada da seguinte maneira: nós quisemos cumprir rigorosamente a lei e não onerarmos em demasia com o número de pessoas e identidades exagerado para este órgão. Há aqui uma alínea que prevê exatamente onde se pode suprir completamente essa falha, porque diz: “O conselho pode ainda convidar a participar nas suas reuniões entidades e personalidades cuja intervenção considere relevante, em função de alguma matéria específica e cuja representatividade não esteja assegurada nos termos do número anterior”, portanto, a CPCJ tem aqui inteiro cabimento sempre que o conselho entenda, porque não está aqui a CPCJ e não estarão aqui outras organizações que poderiam também ser mencionadas e fazer parte. O que é que nós quisemos aqui fazer? Reduzir para que haja funcionalidade. Uma das questões que levou a que este conselho tivesse grande dificuldade em funcionar no passado foi exatamente o número excessivo de membros, que depois não tínhamos quórum. Nós, inclusivamente, tivemos que resolver esta questão dizendo uma coisa muito simples – “Se à hora marcada não estiver o número de membros estabelecidos, arranca com os que estiverem e muito bem”. Porque, efetivamente, quando temos estes órgãos demasiado extensos, acaba por acontecer muitas vezes o contrário daquilo que nós temos como objetivo. Portanto, a CPCJ, com toda a certeza, será algumas vezes, desde que entendido pelo conselho, chamada a participar nas reuniões, e tem aqui inteiro cabimento nesse contexto. Entenda que os representantes que aqui estão, e hão de reparar que é a transcrição rigorosa da lei que nós procuramos, e na sua versão mais reduzida, porque foi isso que nós pretendemos fazer. Não há nenhuma questão, ninguém fica de fora, bem pelo contrário, temos aqui uma alínea que permite que todos possam vir a ser chamados. Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

----- Só uma nota também relativamente à questão colocada pelo Deputado Jorge Melo, este órgão vai funcionar, é um órgão transversal, multidisciplinar, e naturalmente que o Município, nas suas múltiplas competências, vai-lhe dar todo o apoio e proceder, conforme as nossas deliberações, as nossas orientações. Não vale a pena estarmos aqui a criar mais um piloto para pilotar este avião, não colocando de fora a possibilidade de o podermos vir a fazer. Uma nota ainda, o realce que eu preciso aqui de fazer, que um conjunto muito significativo destas entidades aqui têm trabalhado sempre, sempre, sempre, e continuam a trabalhar, em estreita colaboração. Eu falo, nomeadamente, com a representante do Ministério Público, o comandante do destacamento da GNR, naturalmente, eu próprio, que temos conversas muito amiúde. Eu diria que, com uma densidade maior do que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

reuniões que se processam. Portanto, este é um assunto que, apesar de o órgão não estar constituído, é um assunto das nossas preocupações. E, atenção, as matérias para a comissão restrita, muitas vezes, são matérias de grande sensibilidade e, portanto, precisamos de não fazer coisas grandes demais, porque muitas vezes perdemos literalmente o controlo de algumas situações, porque não conseguimos funcionar com a parcimónia que é exigível. E, atenção que eu medi bem o que é que estou aqui a dizer. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, dirigindo-me ao Sr. Presidente da Câmara. Compreendo bem o que expôs. No fundo, o que expôs foi que limitámo-nos a colocar aqueles que a lei obriga e não colocámos mais nenhum, pronto. Foi isso que o Sr. Presidente disse! Por outro lado, eu já tinha referido que bem sei que há um artigo, que é o n.º 2 do artigo 6.º, sim senhor! Pode ser convidada a CPCJ, qualquer outra entidade, tal como pode não ser convidada. Tal como no passado podia, e já foi, e tal como no passado podia e já não foi convidada também, correto? Portanto, o número de alíneas relativas às competências deste conselho, estive agora a verificar, são 13. Eu identifiquei diretamente, com relação ao setor juvenil, 6, sendo que as outras têm, naturalmente, ligação, por muito que seja um bocadinho mais indireta. Naturalmente, se nós estivermos a debater fenómenos que potenciem a criminalidade, fenómenos de violência doméstica, fenómenos de exclusão, fenómenos de delinquência juvenil, naturalmente, fenómenos ligados até mesmo à sinistralidade rodoviária, naturalmente, aos consumos de determinadas substâncias, o álcool, determinadas drogas, não vejo qual será a entidade mais encartada em Águeda do que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens para participar da elaboração deste parecer. Portanto, parece-me que, nessa mesma discussão, poderia qualificá-la muito, correto, a lei obriga-nos a ter 13 elementos – um dos elementos é o Sr. Presidente, sobram 12; outro é o Vereador responsável pela área, sobram 11. Nós podemos ver o tipo de entidades que aqui estão! Não me parece que o comandante do destacamento territorial vá faltar, não me parece que o responsável do serviço municipal de Proteção Civil de Águeda vá faltar, que o Comandante da Associação Humanitária de Bombeiros vá faltar, e poderia continuar por aqui abaixo. Portanto, para dizer que, tanto quanto conheço, e estou seguro de que o Sr. Presidente conhecerá também, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma entidade muitíssimo responsável, é uma entidade que tem competências legais muito importantes, que lida com assuntos muito sérios e com pessoas que fazem para lá das suas obrigações, o verdadeiro ativismo. Pelo que, suspeito que não seria das entidades a faltar a estas reuniões. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Portanto, o meu apelo, sendo que a nossa proposta será sempre colocada a votação, eu não gostaria que esta Assembleia Municipal rejeitasse a participação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Águeda num Conselho Municipal de Segurança que, praticamente, toda a sua atividade tem ligação à problemática juvenil e, muito especificamente, todos aqueles que eu citei. Eu percebi os seus propósitos, penso que também percebeu os propósitos do Partido Socialista, penso que este é daqueles casos em que poderíamos concordar. E penso que mal não faz incluir a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, sendo que percebo a sensibilidade de não alargar demasiado os conselhos, mas veja, são 13 pessoas, incluindo o Sr. Presidente, incluindo um Vereador – ficam 14 pessoas. Não me parece, ainda mais, porque o Sr. Presidente bem disse, que já inseriram aqui um artigo, que suponho que não contrarie a lei, em que diz que reunirá meia hora depois com o quórum que estiver. Portanto, problema resolvido! Acho só que, francamente, a partir do momento que há uma proposta de inclusão da CPCJ, já estaremos a excluí-la! Porque por nós, ela é inserida e acho que qualifica muito o debate, e penso que qualquer um dos outros membros deste conselho verá mérito na inclusão da CPCJ. É esta a nossa proposta.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, e vai-me perdoar, mas volto-lhe a colocar a questão – a proposta é à Mesa ou ainda pretende que o Sr. Presidente?-----

----- **Deputado Paulo Tomaz:** “Se o Sr. Presidente ...”-----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, eu tenho aqui uma questão, e é uma questão de funcionamento e de respeito! E, naturalmente, tenho todo o respeito por esta Assembleia Municipal, mas também tenho que ter respeito pelas 13 pessoas onde eu sou uma delas! Este assunto foi lá falado e foi decidido desta maneira! Não me fica bem, eu não o vou fazer, termos chegado a este consenso entre os 13 membros do conselho, na primeira reunião que funcionou, e agora estarmos aqui e, atenção, este assunto foi falado, foi completamente ultrapassado desta forma, com o acordo de todos, até porque, volto a dizer, esta proposta de regulamento foi colocada e foi naturalmente dispensada por todos, e foi trabalhada com o apoio de todos, e agora aqui diria que, “Com a minha observância, contrariamos isto”. Digo novamente, eu acho que essa situação está perfeitamente salvaguardada aqui. Nós limitámo-nos a transcrever a lei e fizemo-lo com rigor, com este cuidado de não tornarmos extenso e não termos a CPCJ, porque não está prevista especificamente na lei, assim como outras entidades que poderiam vir a ser chamadas. Volto a dizer: o conselho vai funcionar, eu estou absolutamente convencido de que a CPCJ vai ser várias vezes chamada a participar. Porquê? Eu acho que não é assunto, não vale a pena estarmos aqui com divergências! Percebam o meu papel, que eu não o vou fazer por esta razão e apenas só.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem. Compreendi, Sr. Presidente. Bom, nesse caso, e porque a proposta é apresentada à Mesa, tenho que a levar à votação. Todos estiveram presentes e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

perceberam o que é que está em causa, a questão aqui é da inclusão da Comissão de Proteção de Jovens no regulamento, como sendo entidade também pertencente ao mesmo, neste caso, ao Conselho Municipal de Segurança de Águeda. Eu começo por perguntar quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, a proposta foi rejeitada com 15 votos contra, 14 a favor e 3 abstenções. Muito bem.-----

----- Portanto, os votos contra são do grupo municipal Juntos PSD MPT, os votos a favor são do grupo municipal CDS-PP e PS e também do Deputado não inscrito Jorge Melo, e as duas abstenções são das senhoras secretárias da Mesa e também do Deputado José António.-----

----- Faça favor, Sr. Deputado.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

----- “Faço uma declaração de voto pelo seguinte: parece-me que esta Assembleia, que é, no fundo, o órgão máximo deliberativo deste Município, pode ter um papel que não seja apenas um papel passivo ou um papel retórico, e pode também dar contributos, e foi isso que procurámos fazer. Eu penso que este era um daqueles contributos que, quem tenha alguma experiência na área da tutela juvenil, que tenha alguma experiência no âmbito do direito penal e que tenha algum conhecimento da forma como as coisas se desenrolam sociologicamente, penso que concordará que esta proposta faria sentido. Eu compreendo, agora eu penso que esta Assembleia não se pode limitar a que os membros que estão num conselho, decidiram excluir uma entidade, decidiram não integrar uma entidade, autoriza-me que diga assim, Sr. Presidente da Câmara? Veja se me autoriza! Obrigado. Vou prosseguir, então. Portanto, para dizer que não entendemos porque é que no fundo foi chumbada esta proposta, não entendemos porque é que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Águeda não poderia ter um representante, por mérito próprio, por direito próprio, sem ser convidado casuisticamente, quando assim se entenda, até porque as reuniões são dinâmicas, nas reuniões são discutidas coisas que não estavam previstas no dia anterior à reunião, e faria, francamente todo o sentido. E eu apostaria que, em consciência, a generalidade das pessoas presentes nesta sala não vê motivos para que seja excluída. E, portanto, penso – penso! - que se pode prejudicar o bom funcionamento deste Conselho Municipal de Segurança, penso que pode ficar prejudicado ou, pelo menos, poderia ser alargada a capacidade de ação e de conhecimento da CPCJ, que tem uma quantidade de índices que lhe importa conhecer muitas das coisas que lá serão debatidas e, portanto, penso, muito francamente, que há sempre uma postura de recusar o que quer que seja – a proposta foi, esta foi recusada. Se fosse outra, recusada seria! Os senhores têm a maioria absoluta dos votos nesta Assembleia, já percebemos que será eternamente assim. Neste momento, num conselho municipal de segurança que tem larguíssimas competências ao nível da criminalidade juvenil e determinados comportamentos desviantes, não aceitamos incluir a Comissão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de Proteção de Crianças e Jovens de Águeda – o que nos parece não fazer sentido e, por esse motivo, apresentámos a proposta, votámos a favor dela e queremos deixar vincada que nos parece que só por má vontade é que não foi incluída. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Estamos em condições de votar o ponto. -----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com dezanove votos a favor (17 JUNTOS por Águeda/PSD/MPT, 1 PS e 1 Independente), cinco contra (CDS), oito abstenções (7 PS e 1 JUNTOS por Águeda/PSD/MPT), a proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Águeda.-----

----- **3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a 4.ª Prorrogação dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias para a Concretização da Delegação Legal de Competências;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer apresentar o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, sim. Trata-se da quarta prorrogação dos acordos de execução que temos com as Juntas de Freguesia, disse-o aqui há um bocado e volto a dizer, nós temos reunião marcada para dia 8, há aqui algumas arestas que temos que limar entre todos e, para permitirmos os pagamentos destes acordos de execução que são fundamentais, precisamos de fazer esta adenda. Naturalmente que algumas novidades virão depois da reunião que faremos no dia 8. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta, alguém quer intervir no ponto? Posso colocar à votação?-----

---- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para a 4.ª Prorrogação dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias para a concretização da Delegação Legal de Competências.-----

----- **3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha - Requalificação do espaço situado na Capela do Senhor da Serra, considerando a escadaria do Raivo e zona envolvente;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, por favor, tem a palavra.-----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, são propostas de colaboração, portanto, estes protocolos de colaboração, com a União de Freguesias de Águeda e Borralha, que se inserem rigorosamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

naquilo que temos vindo a fazer com todas as Juntas de Freguesia e que continuamos a fazer. Neste caso concreto, aqui para a capela do Senhor da Serra, é o pedido de uma obra que a União de Freguesias pretende levar a cabo, melhorando aquela zona da capela do Raivo, é uma zona bonita. Tivemos o cuidado de perceber se havia ali alguma questão em termos de propriedade, não da Junta, mas não, efetivamente, é um terreno público da Junta e, portanto, há inteira legitimidade para prestarmos este apoio. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta, alguém quer intervir no ponto? Vou então colocá-lo à votação. -----

---- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha para requalificação do espaço situado na Capela do Senhor da Serra, considerando a escadaria do Raivo e zona envolvente. -----

----- **3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do 2.º Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha - Aquisição de viatura;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** E, neste caso, com vista à aquisição de uma viatura! Sr. Presidente, algo mais? -----

----- **Presidente da Câmara:** “São 30.000 euros para a escadaria do Raivo e 17.000 euros para a aquisição de uma viatura para a Junta de Freguesia, que é, portanto, um pedido de apoio que a Junta de Freguesia nos faz e que se integra perfeitamente nos tais apoios financeiros que a Câmara vem a prestar com todas as Juntas de Freguesia. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta, alguém quer intervir no ponto? Vamos então colocá-lo à votação.-----

---- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração do 2.º Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha, com vista à aquisição de uma viatura. -----

----- **3.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município e a União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga – Gestão Sistema Público de Abastecimento de Água em Segadães;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, por favor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, eu vou tentar ser muito simples, muito claro, muito sucinto neste tema, para não haver aqui qualquer espécie de confusão. Este sistema de abastecimento de água, é propriedade, já era propriedade da Junta de Freguesias de Segadães, e é da União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas. Ponto final, parágrafo. É intenção e vontade da Junta de Freguesia manter este serviço de prestação de abastecimento de água às populações. O Município não vê qualquer inconveniente. E para todos nós percebermos o que está aqui em causa, é o seguinte: a Junta de Freguesia tem um sistema, mas, digamos assim, não tem alvará para ter o sistema. Porquê? Porque o alvará é do Município. A lei só confere ao Município a competência para tal. E estamos a falar, não do sistema, mas estamos a falar do alvará para poder distribuir água! E o que nós estamos aqui a fazer é a tentar ajudar a Junta de Freguesia, cedendo-lhe o alvará da Câmara para que a Junta de Freguesia possa cumprir a legalidade integralmente no abastecimento de água às populações. É apenas isto! A Câmara não quer, não vai interferir com a gestão, a única coisa que vai dizer ou vai permitir à Junta de Freguesia, é que a Junta de Freguesia possa cumprir a legalidade e assim garantir a segurança de todos os munícipes. Por uma razão muito simples! É que o alvará é da Câmara. O alvará, que não se chama “alvará”, foi só para percebermos todos! A competência é da Câmara, e os incumprimentos que a Junta faz são responsabilidade da Câmara. Isto é uma ironia e é uma situação absolutamente inaceitável! E eu não tenho rigorosamente dúvida nenhuma de que isto é rigorosamente assim. Queria-vos dizer que nós estamos aqui para fazer uma coisa muito simples, da parte dos órgãos municipais, fazemos aquilo que nos compete e que decorre da lei. Precisamos que, da mesma maneira, os órgãos da Freguesia percebam e aceitem. Digo-vos com total tranquilidade que não consigo perceber porque não! E volto-vos a dizer com total tranquilidade que estamos apenas e só para ajudar. Apenas e só para ajudar! Afinal de contas, uma coisa que nós entendemos que é o desejo da Junta e da população, claro como água. Não temos intenção nenhuma de ficar com o sistema, muito menos de o fazer transitar para a AdRA, porque não queremos o sistema, e aquilo que nós estamos aqui a viabilizar é que o sistema se mantenha na União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas como entidade gestora deste sistema. E estamos a dar à União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas os instrumentos legais para poder cumprir a lei, porque, neste momento, e desde há uma série de tempo, não cumpre. É isto! Quem não percebeu, não consigo explicar melhor.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Inscrições para o ponto? Sr. Presidente da Junta. -----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:** -----

----- “Pois, não tem piada nenhuma, não, Sr. Presidente! Posto assim, é tudo muito simples, mas começando que não é responsabilidade sua, mas, se calhar, aquilo que lá está, não sei se será, começando pela capa da Soberania desta semana, não é? Que é uma coisa absolutamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

indescritível, na minha opinião. Fica o reparo! Já agora, em relação à questão da transferência, não tenho dúvida que o senhor a tenha mandado executar, mas, até ao dia de hoje, nós não a recebemos. Provavelmente estará na Câmara, tudo bem, não recebemos. Em relação ao protocolo, também estava a achar estranho não ter dado por ela, mas pronto. Em relação à questão das águas de Segadães, eu queria só que me esclarecesse aqui duas ou três coisinhas. Primeiro, a notícia da Soberania é uma transcrição ou resumo daquilo que foi a carta que o senhor mandou, não só aos líderes dos grupos municipais, como também aos membros da Assembleia de Freguesia da Trofa e aos membros do executivo municipal. Portanto, o que eu gostaria que o senhor nos explicasse, se fizesse o favor, claro, portanto, é que o senhor pôs isto de uma forma muito simples, aquilo que transparece é que as pessoas correm um risco muito grave em termos de saúde pública por não se entregar o PCQA. Eu gostaria que o senhor por favor especificasse um bocadinho mais, porque parece que, mais do que as análises que se fazem, é importante é a gente dar conhecimento delas. Até para as pessoas perceberem. É também mencionado nessa carta, e também na notícia, que eu não compareci a uma reunião. Pela ideia que fica, parece que foi a única reunião que foi feita e que eu não compareci para fugir ao assunto. Tenho a informar que fui convocado para uma reunião da AdRA e que o senhor não estava presente, da AdRA não, desculpe! Foi até o delegado de saúde que a convocou! E estava lá uma série de entidades, presumo que até a própria ERSAR, e que, para essa reunião nem sequer havia motivo de reunião, nem sequer havia assunto. E eu cheguei lá, foi ali no Centro de Saúde de Águeda e perguntei qual era o assunto da reunião, e o senhor delegado de saúde virou-se para mim e disse: “O senhor sabe perfeitamente qual é o assunto”, eu disse: “Olhe, desculpe, não, não sei”, e ele disse: “Ah, o senhor já faltou a uma reunião, portanto, sabe perfeitamente qual é o motivo”, e eu: “Olhe, desculpe lá, mas eu não faltei a reunião nenhuma, nem tenho conhecimento”, pronto. Ele insinuou que eu estaria ali a enganá-lo e eu, naturalmente, não lhe admito essa falta de respeito e saí da reunião. A questão que eu lhe queria perguntar era quantas reuniões é que houve sobre este assunto, para as quais eu tivesse sido convocado, e a quantas é que eu não compareci? Inclusive, até reuniões que o senhor me convocou aqui na Câmara, sem assunto, e que este assunto foi tratado! Fomos à ERSAR, fomos falar com a AdRA lá, cá, na Câmara, quantas vezes? Ou seja, gostava de saber quantas reuniões é que o senhor me convocou que eu não apareci? Ou sequer, fora este âmbito, se é meu expediente não comparecer às reuniões que sou convocado?--

----- Depois, o Sr. Presidente fala aí numa questão da ilegalidade e que a Câmara é o titular do alvará... Na resposta, curiosamente que enviei a quem o senhor enviou a carta, há 15 dias, juntei o alvará, entre aspas, auto da competência, vá... juntei uma pronúncia do Ministério Público, de outubro de 2022, que curiosamente dá tanta competência à Câmara, como à Junta. Não aparece no documento que o senhor manda inicialmente, não é referido na notícia que sai no jornal, não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mentado, tanto quanto sei, que eu não estive presente, na reunião camarária, e gostava de saber qual é a interpretação, se tem conhecimento, que eu presumo que sim, até porque eu mandei para si, qual é a sua interpretação da pronúncia do Ministério Público? Repito, que na qual diz que nós, Junta de Freguesia, nós e qualquer uma, temos competência para gerir a água. Outro ponto! Fui informado de que o senhor, na reunião do executivo, afirmou que tinha havido uma dificuldade de entrega de leituras de contadores de água por parte da Junta, portanto, e que tal, e que a muito custo – foram estas as palavras – a muito custo, que lá se conseguiu que a Junta de Freguesia fornecesse as leituras dos contadores da AdRA para que as pessoas pudessem pagar o saneamento – gostava de saber se é verdade, é só isso, mais nada. -----

----- Outra questão! Se de facto há tanta preocupação, que existe do Município, tanto quanto nossa, de certeza, em relação à qualidade da água, quero perguntar se e, nomeadamente, nesta altura de final de ano, não é? Eu já sei a resposta, sei que sim, não é? Mas, já agora, para ficar claro e para não passar por mentiroso! Se a Câmara também fez análises à rede e qual foi a conclusão a que chegou? Outra questão que também foi falada na reunião camarária é que parece que o Paulo Tavares anda a lutar pela rede de águas derivado a alguma promessa eleitoral, ou que se apegue à rede para não perder votos. Eu não sei se foi o senhor que disse! Não sei se foi o senhor que disse! Pronto, gostaria, não foi, pronto, não foi, não foi! Mas de ver isto esclarecido também, se fizesse o favor.-----

----- E, por fim, naturalmente, queria pedir para que o senhor possa retirar o ponto, não é? Confie em nós, que a gente trata bem das pessoas de Segadães. Peço desculpa, mas também, como compreende, aqui não é só uma questão do assunto em si, também é uma questão quase de honra pessoal, não é? Porque aquilo é quase um ataque pessoal, mais do que a questão das análises. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

----- “Muito boa noite, Sr. Presidente, a quem ainda não tenha cumprimentado, por não estar a seguir. Este assunto não é novo, não é? Nós já tivemos, no mandato anterior, vários debates sobre esta matéria, embora aí houvesse uma ligeira diferença, é que ao enviar à Assembleia Municipal, sem aprovação pela Freguesia, o protocolo para a realização da delegação de competências, nessa altura, o Município estava a ir contra a própria proposta que tinha elaborado. Mas há outras semelhanças e diferenças que devem ser salvaguardadas! Nós temos que perceber, como é que isto nasce? O sistema de abastecimento de águas de Segadães é antigo, segundo me dizem, terá mais idade do que eu, quer dizer, os Beatles ainda não se tinham separado e já existia, o homem punha o pé na lua, já lá estava o sistema de abastecimento de águas, Salazar ainda não tinha caído da cadeira, estava lá o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sistema de abastecimento de águas, e eu vou recuando, não vou chegar mais longe, porque acho que já chega para a esmagadora maioria dos seres vivos no Concelho. É um problema antigo, porque o Município nunca cumpriu a sua competência e o seu dever de abastecer de água de qualidade tratada as populações. Não cumpriu há 60 anos, não cumpriu há 50 anos, não cumpriu há 30 anos, não cumpriu há 20 anos, não cumpriu há 10 anos, não cumpriu há 5 anos, não cumpriu há 1 ano e continua a não cumprir! Porque ninguém impede o Município de fazer a obra do abastecimento de águas em Segadães, à população. E depois, de o ligar à AdRA, como quer e vai ter de ser! Porque é isso que diz o acordo que o Município celebrou com a AdRA! O Município celebrou um acordo com a AdRA que, nos seus anexos, é muito explícito – no dia em que o Município avocar para si a gestão do sistema, ele transita imediatamente para a AdRA, e isto é válido durante os 50 anos em que durar a concessão à AdRA. E a proposta que aqui nos vem assegurar, na melhor das hipóteses, 20 anos – 20 anos! – de delegação de uma competência que, afinal, a própria Freguesia já tem. E não sou eu que digo, é o Ministério Público! Diz a proposta da Câmara: “A atual situação do sistema público de abastecimento de águas de Segadães é ilegal”, diz o excelentíssimo Procurador do Ministério Público, “Importa, pois, concluir que não se nos afigura assim ilegal o abastecimento público que está a ser levado a cabo pela União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas de Vouga, tudo no quadro das competências atribuídas pelo regime jurídico das autarquias locais, a lei 75/2013 e, assim sendo, nesta matéria, nenhuma legitimidade legal emerge que legitime qualquer ação pública”. É um procurador do Ministério Público que escreve isto! A Câmara Municipal escreve que é ilegal. O procurador, a quem alguém fez uma queixa, ou denúncias, salvo erro, o delegado de saúde, diz que não, não parece. Segunda! Diz a proposta da Câmara Municipal, os senhores desculpem esta hesitação, mas é mesmo muito papel que aqui anda! Felizmente, estas coisas estão escritas e podem ser consultadas. “O Município não pretende que lhe seja transmitida a propriedade do sistema público de abastecimento águas de Segadães” – pois, está bem. O que o Município pretende é ter o direito sobre a propriedade que é da União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas! O usufruto! Certo? E concedendo-o ao proprietário, que é uma coisa extraordinária. Eu tenho uma coisa que é minha, mas para eu gerir uma coisa que é minha, eu tenho que pedir autorização a quem nunca contribuiu para essa coisa ser minha, para eu poder continuar a gerir a coisa que é minha. Isto não faz sentido!-----

----- Depois, diz noutro ponto: “A única forma de a União de Freguesias exercer as competências de gestão que o legislador lhe permite, de forma regular e legal, passa pela celebração do contrato interadministrativo”, este que aqui vem. “A única forma”, diz a proposta da Câmara! Curiosamente, diz o Procurador da República o seguinte: “A falta de submissão de planos de controlo de qualidade da água por manifesta recusa da entidade reguladora em permitir a sua submissão na plataforma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

eletrónica, não pode ser censurada à Junta de Freguesia”, que devem ser implementados mecanismos que salvaguardem a saúde pública – aqui, o Ministério Público está a dizer: “Bom, a Junta de Freguesia, se está a fazer o controlo de qualidade da água de acordo com as normas emanadas, e que são públicas, emanadas pela ERSAR, se está a cumprir com essa obrigação, está a assegurar, dentro daquilo que é possível, à AdRA, por exemplo, também, a saúde pública”, porque é exatamente aquilo que a AdRA também faz, e todos os outros! Ninguém quer ter um problema de contaminação da água com nada, como é evidente! Muito menos um titular de um cargo público. É por isso, também, que muitas das concessões estão feitas a outras entidades. Porque é difícil tomar decisões e, muitas vezes, as decisões passam por fechar mesmo a torneira. E, portanto, o entendimento do Ministério Público é, mais uma vez, divergente desta afirmação de que a única forma da União de Freguesias exercer as competências de gestão que o legislador permite é através da celebração deste protocolo.-----

----- Por último, e para concluir, sem ser demasiado maçador! Sem esta delegação de competências, a União de Freguesia não pode submeter a aprovação da ERSAR o plano de controlo de qualidade da água anual, até aqui, concordo! Não pode, porque a ERSAR resolveu não o aceitar! Mas não aceita o quê? A submissão do plano. Isso não quer dizer que as análises não sejam feitas. “O que, não sendo cumprido, constitui grave perigo para a segurança e saúde dos cidadãos” – não! A não submissão PCQA, do Plano do Controlo e Qualidade da Água, a meu ver, não é um motivo de grave perigo para a segurança e saúde dos cidadãos, o que é um perigo eventual para a segurança e saúde dos cidadãos é não haver um controlo analítico das águas, regular, em pontos diferentes, por amostragem, e de acordo com as normas emanadas pela ERSAR. A existência de um plano, como nós já aqui vimos, e recentemente o próprio Tribunal de Contas andou a fazer umas auditorias aos planos municipais para prevenção de incêndios e defesa da floresta, contra os incêndios, e chegou à conclusão que, em alguns casos, plano até há, mas não é cumprido. Plano, formalmente, existe, e até foi aprovado, mas depois não reúnem o número de vezes que diz o plano, não fazem as coisas que estão previstas no plano, vão fazer outras e por aí adiante. Aqui não pode haver hesitações! As águas têm de ser controladas para haver segurança pública. E depois, a última coisa... eu agora vou concluir! Esta situação que aqui está é incompreensível, porque à partida haverá uma recusa da própria entidade em aceitar esta delegação de competências. É que isto, habitualmente, antes de se delegar uma competência, e foi isso que o PSD acusou o PS de andar a fazer, é de atirar para cima dos Municípios competências que os Municípios não pediram, e que não estão financiadas pelos Municípios e que eles não querem. Ouvei o PSD uma data de vezes, durante 2 ou 3 anos, andar a batalhar nisto! Aqui ocorre exatamente a mesma coisa! A União de Freguesias já se pronunciou por diversas vezes e não quer, porque diz que não precisa. E não precisa, porquê? Porque a lei lhe confere o direito de ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

entidade gestora do sistema. E a ERSAR não faz lei! A questão é que a ERSAR é uma entidade reguladora, não faz lei. Está dito. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguém quer intervir no ponto? Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor.-----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Em relação a esta questão, existe aqui uma preocupação premente, obviamente, porque num quadro de fornecimento de água ao domicílio generalizado um pouco por todo o país, existem uma série de procedimentos, digamos, que a ERSAR estabelece. E preocupa-me, preocupa-me, não! Se calhar, o Sr. Presidente pode-me ajudar! Se me consegue garantir que o PCQA, exato, o Protocolo de Controlo de Qualidade da Água, efetuado lá, nomeadamente, os dados estão no anexo 2 que a ERSAR refere como sendo os parâmetros a avaliar e a forma de amostragem, recolha, controlo, se está em condições de garantir que aquele sistema de abastecimento de água, que cumpre na íntegra, tal e qual como outros que são submetidos a esse controlo e ao alçado de outro tipo neste caso, das Câmaras Municipais e outros subsistemas de abastecimento de água? Essa é uma das questões que tenho para perguntar ali ao Sr. Presidente da Junta, porque é importante para nós para ficarmos esclarecidos, porque nós não podemos ter 2 tipos de água, ou 3 tipos de água, com controlos diferentes, até porque é aí que está a questão. A questão está em garantir que esses controlos são feitos dentro da mesma forma. -----

----- A outra questão, e que me parece existe aqui uma, eu estava aqui à procura do documento! É tácito, no documento que a Câmara envia e que está aqui nos documentos – desculpem lá! – a questão da propriedade do sistema, isto vem aqui completamente, deixem-me só abrir aqui, porque os parágrafos são tão sucintos e são tão claros! “O Município não pretende que lhe seja transmitida a propriedade do sistema público de abastecimento de água de Segadães” – até vem sublinhado, “Não pretende”! Portanto, a questão que o Miguel levantou ali, parece-me que está a ir além daquilo que estamos aqui a falar. “O Município não pretende”, e volto a repetir, “que lhe seja transmitida a propriedade do sistema público de abastecimento de água”. O que me parece premente é que a questão vem montada ao contrário e as dúvidas estão aqui a ser lançadas, não tanto quanto àquilo que está a acontecer do ponto de vista do controlo da água, mas sim da questão legal, de quem comunica o quê, quando comunica e quem é que assume a responsabilidade se algo correr mal. Porque, se o protocolo, seja de comunicação, seja de verificação dos valores analíticos e do controlo da água não for respeitado, e se acontecer algo de grave com alguém, terá que haver alguém responsabilizado.-----

----- Portanto, a entidade que gere atualmente o subsistema é a Junta de Freguesia, a lei diz que a comunicação dos dados tem que ser feita pela Câmara Municipal, que por sua vez avoga que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

subsistema não é dele, e a delegação de competências que está aqui é, pura e simplesmente, um formalismo, que, a nosso ver, e não vejo grande forma de resolver isto, porque a lei é clara, o Miguel fala ali do que está aqui do Procurador, parece-me demasiado, não é conclusivo, vem tudo um pouco embrulhado, o raciocínio, e para mim também não é claro! Portanto, gostava também que o Sr. Presidente depois me esclarecesse essa questão do PCQA, porque para mim é fundamental. E se acontecer algo neste momento com aquele subsistema de água, quem é que é o responsável do ponto de vista da forma como as coisas estão a decorrer atualmente? Tenho dito, Sr. Presidente.” ----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Mais alguém para intervir no ponto? Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:**-----

----- “Boa noite, mais uma vez. Isto, realmente, há aqui qualquer coisa que não vai bem com este assunto. Eu pego aqui na situação que o caro colega Deputado Miguel trouxe para a mesa, dos Beatles, porque isto, realmente, é música para os nossos ouvidos. E depois, pego também na situação daquilo que o Humberto diz – afinal, de quem é a responsabilidade? E posso começar, por exemplo, pelo facto e não me consigo dissociar desta situação, porque sou juiz em causa própria! A IPSS Casas, com esta brincadeira, é responsabilidade do Sr. Presidente da Junta, é responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara, foi notificada pelo delegado de saúde e tinha que suspender imediatamente a utilização da água. Mas, como tem que fazer cumprir as suas obrigações, teve que fazer chegar refeições aos seus utentes. Ligou ao Sr. Presidente da Junta, possivelmente estaria ocupado, não teve oportunidade de atender, depois ligou para a secretaria da Junta de Freguesia, também deveria estar ocupada, não teve oportunidade de atender, depois manda e-mail para a Junta de Freguesia, possivelmente estamos com problemas de *internet* e, largos meses depois, ainda não houve oportunidade de nos responder. E, com a brincadeira, isto já vai em 5.000 euros! Porque teve que instalar um sistema alternativo de água, teve que solicitar água aos Bombeiros Voluntários e, no meio disto tudo, o Sr. Presidente da Junta teve a delicadeza de vir à comunicação social dizer: “Meus senhores, a água de Segadães é espetacular, o problema está no Casas, eles é que são, aqui, os maus da fita”, mas depois, como o azeite na água vem sempre ao de cima, verifica-se nos documentos que, afinal, a amostra não foi só no Casas, foi em vários pontos da Freguesia! E, em vários pontos da Freguesia, as análises comprovaram de que há chumbo, um metal pesado, cancerígeno!-----

----- Portanto, vamos tentar perceber, a responsabilidade é da Câmara Municipal, a competência é da Junta de Freguesia, e andamos aqui todos a discutir burocracias administrativas. Mas o que é certo e sabido é que as pessoas continuam a consumir a água. E, nesta medida, a própria Junta de Freguesia, os tais 60, 70, 80, 500 anos da própria rede que tem, e que em certa medida foi subsidiada pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Município, porque a Junta de Freguesia nunca teve orçamento suficiente para garantir a rede de água, vem dizer que este é um sistema de recurso por falta de uma rede apropriada que deveria ter sido construída. Portanto, a própria Junta de Freguesia assume que a sua rede não tem qualidade. A Junta de Freguesia e o Município estão aqui a discutir o problema da água ou estão aqui a discutir o calendário político? É que o Sr. Presidente da Junta disse, porque eu ouvi, com os olhos que a terra há de comer e com os ouvidos que a terra há de comer, dizer em Segadães que, enquanto estivesse na Junta de Freguesia, não iria permitir que a água saísse de lá, mesmo que os fregueses tenham que beber água contaminada! Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara quer atribuir a competência e passar a competência para a Junta de Freguesia, para que, por sua vez, a Junta de Freguesia possa cumprir com o procedimento legal. Sendo esta uma competência da Câmara Municipal, deveria estar nesta proposta como é que a Câmara Municipal vai contribuir financeiramente para que a Junta de Freguesia possa também instalar, monitorizar e ter o controlo de qualidade exigido pela ERSAR. É verdade, o Sr. Procurador do Ministério Público disse, sim senhor, que a Junta de Freguesia tem condições e que a lei lhe confere o direito de ter um sistema de água, mas depois, a entidade reguladora diz que não! E se o Ministério Público definir que a Junta de Freguesia pode ter a água, eu quero perguntar ao Sr. Deputado Miguel Oliveira quem é que vai verificar e auditar a qualidade dessa mesma água? Porque isto só pode ser feito não, o delegado de saúde não tem essa competência, porque essa competência é da entidade reguladora. E não estando este sistema inscrito por falta de um cabimento legal, a entidade reguladora não o pode fazer. Portanto, ao invés de estarmos aqui a discutir umbigos, poderemos esquecer as agendas políticas, podemos olhar para aquilo que é o interesse maior, que é a qualidade da água na Freguesia, na localidade de Segadães, e criar um entendimento de uma vez por todas.-----

----- Agora, vamos parar com esta brincadeira, porque eu gostava, isso é que eu gostava mesmo! Eu gostava de ver um estudo a médio e longo prazo de uma amostra da saúde das pessoas de Segadães, os índices cancerígenos das pessoas de Segadães comparativamente ao resto do Município. Estou certo de que vamos encontrar resultados muito interessantes! Ainda nesta medida, se me derem só aqui um pequeno momento, porque, realmente, a documentação é extensa, diz o delegado de saúde, dando seguimento àquilo que o colega Miguel estava a dizer! Diz o delegado de saúde que regista com enorme preocupação a situação de Segadães, porque não consegue, de forma legal, fazer cumprir parâmetros de qualidade adequados na água. Mais! Eu gostava que o Sr. Presidente da Junta esclarecesse, com seriedade e com verticalidade política, porque é que foi notificado pelo delegado de saúde para suspender a água e protelou esta situação, e não notificou a Freguesia? E a água esteve a correr, com índice de chumbo elevado, que, mais uma vez, volto a dizer, é um metal pesado, a correr quase 2 dias na Freguesia, tendo chegado ao ponto de ter que ir a GNR, a mando do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ministério Público, para suspender o fornecimento de água? É este o seu sentido de responsabilidade? Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção no ponto? Sr. Presidente, tem a palavra.-----

----- **Presidente da Câmara:** “Eu queria dizer uma coisa muito simples! Nós, desta vez, não é esta conversa que nos vai rolar, não vale a pena! E eu queria aqui voltar a ser muito sucinto, porque acho que não é uma situação fácil, para quem nos está a ouvir, perceber, mas é extraordinariamente simples se nós percebermos a dinâmica destas coisas. Eu queria só dizer o seguinte: eu estou completamente tranquilo, e acho que todos os que vão votar favoravelmente podem estar completamente tranquilos, por duas razões: a Câmara Municipal não vai tomar posse do sistema de Segadães, não pretende nada disso e nunca pretendeu! O que nós estamos aqui a fazer é a tentar dar, tentar porque tem que ser aceite pela Junta de Freguesia, e nós vamos fazer a nossa parte, certo? Dar um instrumento à Junta de Freguesia para que a Junta de Freguesia possa cumprir a legalidade. E o senhor esteve aqui, naturalmente, a falar das questões do Sr. Procurador, mas não disse tudo, não sei porquê! Então, o Deputado Miguel Oliveira, que esteve exaustivamente a explicar, podia ter ido à parte final! Podia ter ido à parte final – não foi! Não foi, eu vou lá agora ! E há uma coisa aqui que eu não consigo perceber, porque nós queremos ajudar! Nós queremos ajudar! É preciso esclarecer algumas coisas que aqui foram ditas!-----

----- Primeira questão, algures no mandato municipal de 2013-2017, a AdRA propôs construir a rede de saneamento básico em Segadães, Fontinha e uma parte da Trofa. Nessa altura, propôs também fazer uma rede de água e era tudo integrado no sistema da AdRA, que é o sistema que nós temos praticamente em todo o Concelho. Foi questionada a Junta de Freguesia, nessa altura, o Sr. Presidente Paulo Tavares, não era Presidente, mas fazia parte da Junta, lembramo-nos perfeitamente, e a Junta disse: “Não, nós queremos continuar com o nosso sistema”. E então, nessa altura, a AdRA fez o sistema de águas residuais, de saneamento, e não fez o da água por manifesta vontade da Junta de Freguesia, que a Câmara acompanhou, respeitou a vontade da Junta de Freguesia, só e apenas. A conversa que não faz sentido nenhum foi na altura, tivemos algumas reuniões e, algumas delas, mediadas por mim, para encontrarmos uma solução, porque a AdRA, pura e simplesmente, não queria avançar com a rede de saneamento não sabendo como é que nós vamos cobrar aos Municípios. Em todo o Concelho, a cobrança do saneamento tem a ver com os consumos de água. Nessa altura, naturalmente que a Junta de Freguesia passou a dar uma listagem dos consumos da AdRA para poder fazer a faturação a quem paga saneamento. É assim? Penso eu que sim! Se me enganei foi em alguma questão de pormenor, mas não, genericamente, é isto! Sem qualquer sombra de dúvida.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- O que é que acontece a partir daqui? Não há dúvidas nenhuma, e o parecer, e volto a dizer, é um parecer do Sr. Procurador da República, quem me dera a mim que fosse lei e que fosse mesmo assim. O problema é que as entidades e, nomeadamente, as entidades reguladoras e fiscalizadoras, porque o ERSAR é entidade reguladora e fiscalizadora, com competências de fiscalização e com competência contraordenacional, certo? O Deputado Miguel Oliveira esqueceu-se desta parte, também! Deixa clara uma coisa muito simples, que é a leitura da lei, sem qualquer dúvida, de que o abastecimento de água é uma competência dos Municípios. E aqui, muito rapidamente, a lei 75/2013 que diz quais são as competências dos órgãos, diz uma coisa muito simples, “Os municípios podem delegar nas Freguesias as suas competências” – é isto que nós queremos fazer! É dar um instrumento legal à Junta de Freguesia para poder, legalmente, de forma regular, abastecer a água. Atenção! Eu estou absolutamente convencido de que a água de Segadães, neste momento, não corre nenhum perigo, porque se eu estivesse convencido do contrário, a responsabilidade era-me imputável, eu já teria que ter tomado medidas! Quando eu lá fui, perante a ameaça do chumbo, fui lá mandar fazer análises por uma razão muito simples, é que o Sr. Presidente da Junta tem este sistema e, vejam lá, o Presidente da Câmara, que não tem sequer acesso, a Câmara Municipal não tem acesso ao sistema, é o responsável – desculpe, isto não é parceria!-----

----- O que nós estamos aqui a querer-lhe dar é a competência, porque a competência é diz a ERSAR, sem sombra de dúvida, e o senhor também sabe, que o facto de a Câmara Municipal delegar a competência, não se imiscui de responsabilidades! O senhor fica é responsabilizado, perante nós, para cumprir a lei, porque o senhor não a cumpre. Já que falamos no Ministério Público, efetivamente, em 21/10/2022, diz o seguinte, em face a tudo exposto, diz o Sr. Procurador: “Importa, na nossa modesta opinião, prosseguirem os autos apenas para apreciação do cumprimento da legalidade, para salvaguarda da saúde pública no abastecimento da qualidade de água e, assim, devem as Juntas de Freguesia visadas, nomeadamente, a União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, de Talhadas e União de Freguesias de Cedrim e Paradela, vir aos autos, em 30 dias, demonstrar o cumprimento dos necessários planos que se mostram legalmente sujeitos nos termos do disposto do artigo 14.º do decreto-lei 152/2017, de 7 de dezembro. Pelo exposto, dê-se desta forma conhecimento do presente despacho, com cópia à autoridade de saúde participante”, participante! Este processo é motivado pela autoridade de saúde! “À entidade reguladora, às Juntas de Freguesia visadas, sendo que, quanto a estas, deverão, no referido prazo de 30 dias, vir aos autos explicar e comprovar o cumprimento da obrigatoriedade decorrente na legislação”. Em 7 de fevereiro, o mesmo Procurador diz o seguinte: “Conforme infere da comunicação constante nas folhas 145 enviada pela União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, tal denota apenas a evidenciação de análises químicas a laboratório particular e não o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cumprimento do preceituado no artigo 14.º do decreto-lei 152/2017, de onde decorre que as entidades gestoras” e, neste caso, a Junta de Freguesia, “devem dispor, no início de cada ano civil, de um plano de controlo de qualidade de água aprovado pela entidade reguladora dos serviços de água e resíduos. O PCQA é elaborado nos termos definidos nos artigos 11.º, 12.º e 14.º a), nos anexos 2 e 3 ao presente decreto-lei e submetido à aprovação do ERSAR”. Depois, a lei explica muito bem que estes planos, anualmente, têm que ser submetidos pelas entidades gestoras em baixa, penso eu, até ao final do mês de setembro. Porquê? Porque no dia 1 de cada ano têm que estar validados! Validados e aprovados pela ERSAR. O senhor não pôde ainda fazer isto! Continua o senhor Procurador e diz o seguinte: “Assim, com cópia das folhas 226, notifique-se novamente o excelentíssimo Sr. Presidente da Junta, da União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, por carta registada e com aviso de receção, confidencial, para, em 30 dias, demonstrar o início do procedimento do cumprimento do normativo em causa” – pergunto-lhe, já entregou? Não o entregou, porque não o tem! Não pode ter entregue porque não o tem! E eu sei que não o entregou. E, portanto, a única coisa que está aqui em causa é o seguinte, Sr. Presidente, eu não consigo perceber e nós estamos a fazer uma guerra, uma coisa que devia ser uma colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia, e isto é uma parvoíce o que nós estamos aqui todos a fazer, porque estão a enrolar, a enrolar, a enrolar uma coisa que não tem rolamento nenhum! -----

----- A Câmara Municipal não quer o sistema, concorda que continue na Junta de Freguesia a fazer o abastecimento de água e queremos dar-lhe todos os meios legais para o senhor cumprir integralmente a lei – não percebo porque é que o senhor não o quer fazer! Não consigo entender. Há uma coisa que lhe vou dizer, e não volto a falar sobre este assunto aqui, agora, por uma razão muito simples, logo que se vote, vamos votar e cada um vota em consciência e de acordo com a lei e, naturalmente que as responsabilidades ficam com o papel de cada um. O senhor pode ou não fazer o que deve na Junta de Freguesia. Os membros da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia foram notificados, individualmente, todos. Nós estamos a fazer a nossa parte. E estou com toda a tranquilidade, porque posso garantir ao povo de Segadães e da Fontinha que a Câmara não vos quer ficar com o sistema e, muito menos, entregá-lo à AdRA como andam por lá dizer – é falso! Desde o primeiro dia! E parece-me que é o único temor do Sr. Presidente de Junta. É, afinal de contas, toda a gente perceber que tudo o que se disse até agora, afinal, não era assim, porque desde o primeiro dia e desde o primeiro momento que estamos aqui numa atitude responsável de colaboração, apenas e só. É difícil trabalhar assim! Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Por favor! Já terminou, Sr. Presidente? O Sr. Presidente da Junta de Trofa, Segadães e Lamas, eu julgo que ainda tem tempo de intervenção e quer usar da palavra. Faça favor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:** -----

----- “Sr. Presidente, das perguntas que eu lhe fiz, não respondeu a nada, não é? Mas pronto, tudo bem. Presumo que o senhor não vai retirar o ponto? Estou só a perguntar! Eu fiz-lhe um pedido, presumo que não, não é? Então, vamos lá. Em termos das perguntas que eu lhe coloquei, portanto, e foi o senhor, tanto quanto sei, que disse que, a muito custo, a Junta de Freguesia lá deu as contagens à AdRA para eles cobrarem o saneamento – a Junta de Freguesia nunca deu contagens nenhuma, Sr. Presidente! A Junta de Freguesia deu as moradas dos utilizadores. A Junta de Freguesia nunca deu as contagens porque a AdRA solicitou-nos as contagens, mas obrigava a que fossem todas tiradas no mesmo dia, que neste caso é dia 10, e nós não fazemos isso, portanto, eles tiram a leitura, ponto final. Portanto, em relação à questão das análises, já sei que as fez e que não houve problema, e então, tinha aqui só mais duas ou três coisinhas para acrescentar. De facto, como o senhor disse, e bem, até final de 2013, todas as redes de águas que eram geridas pelas juntas teriam que passar para a AdRA. A ERSAR, só para contextualizar, nós só submetemos um ano, o PCQA, que foi em 2015, foi o único ano que a ERSAR nos permitiu. Ou seja, na altura, o que era, que eu, hoje, não sei o que é o PCQA, porque não tenho acesso, não é? É uma norma que diz que é o Plano de Controlo de Qualidade da Água, tem lá um plano de análise consoante as quantidades de água que são fornecidas, mas presumo que a plataforma seja bem mais complexa que isso, inclusivamente, com tarifários, etc., como vem aqui na proposta. Portanto, em bom rigor, por isso é que eu lhe perguntei, em bom rigor, não sei o que é que isso é. Portanto, e a ERSAR, a partir de 2015, para forçar precisamente essa ou para terminar a gestão, presumo eu, das águas pelas Juntas de Freguesia, impediu ou passou a impedir o acesso dessa entrega às Juntas, não é? Naturalmente, nós entrámos em incumprimento porque não tínhamos acesso à plataforma. -----

----- Em relação ao senhor dizer que nunca a Câmara quis tomar conta da água, eu devo relembrar aqui na proposta, que foi em 2020, na primeira ou na terceira cláusula, eu até quase a sei de cor – “O Município é o titular e/ou gestor da rede de água”. Pronto, não sei se foi até pode ter sido lapso dos serviços, foi a primeira proposta que foi chumbada, não sei a quantas da manhã, salvo erro, em Belazaima. Em 2023, esta proposta que o senhor traz cá não é tão agressiva, é verdade, mas, no fundo, o que nos diz é assim: “Nós damos autorização para vocês gerirem a água, vocês cumprem aquilo que nós entendermos”, naturalmente, a lei, não é? “Mas também, eventualmente, algum capricho que o Município tenha”, porque, hoje, eu até posso fazer muita confiança em si, o senhor, daqui a 2 ou 3 anos – não é? – pode não ser o Presidente e tenho que me haver com outro, e tenho um protocolo assinado. Eu ou quem estiver no meu lugar! Já lá vou, Sr. Presidente, calma! Depois, quanto à rede, nós temos um compromisso e é assim, nem é questão de ser compromisso eleitoral, porque, para ser um compromisso eleitoral, eu teria que andar a pedir votos à custa disso, e não há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aqui ninguém nesta sala, nem ninguém em Segadães e na Trofa, que diga: “O Paulo Tavares pediu-me voto” – não há ninguém. Não há ninguém! Tragam-me um! Não é rir e botar mão à boca! Tragam-me um! Não é? Agora, a questão é minha, acima de tudo, não, mas é verdade! Assim, a questão é que também é minha convicção pessoal! Porque é assim, nós estamos a tratar, vocês podem relativizar, podem fazer o juízo de valor que entenderem sobre as questões, não é? E eu tenho direito à minha opinião, certo? Não é eu estar a falar e..., eu tenho direito à minha opinião! E eu acho – não é? – que, se um dia eu entregasse a rede de Segadães ou pusesse em causa aquilo que é o funcionamento normal dela, seja a que título for, eu acho que até poderia ser processado por gestão danosa. Então, se a Freguesia paga uma rede, não é? Se lutou por ela, substitui eu não dramatizaria tanto como o Miguel, mas que, de facto, no fundo, substitui ao Município – então, é de ânimo leve? Não é? Não ponho, não quero tirar, que o senhor já frisou aí duas ou três vezes, a questão de que o Município não quer a rede, mas é assim, não quer a rede física, mas passa a tutelar a gestão dela, então, qual é a diferença? Então, eu sou um... não é? É mentira? Pronto, é mentira, pronto.-----

----- Outra questão em relação à água de Segadães, e é outro pormenor, é que nós lutamos pela água, eu luto pela água e a maior parte das pessoas de Segadães luta pela água, pelos vistos nem todos, não é? Mas, tudo bem, também têm direito à vossa opinião! Porque temos uma água de excecional qualidade. Não é? A água, calma Sr. Presidente! Calma, calma. Calma, que eu já lá vou! A água só leva cloro. E devo lembrar, parece que toda a gente se esquece, não vou pôr, naturalmente em causa a qualidade da água da AdRA, mas a água da AdRA é recolhida no rio, e tratada, a nossa é no furo e no nascente. E, repito, leva apenas cloro. Certo? Da mesma forma que tenho o compromisso, até para mim próprio, de lutar pela água de Segadães, como o tenho feito, como tenho feito! Porque, se não tem havido a união de Freguesias, provavelmente, já não havia água, quase de certeza, porque não havia possibilidade de ter feito os investimentos que nós fizemos! Não vou – não é? – até ao fim do mundo por causa disto ou todo, ou seja, seja qual for a situação. Ou seja e para que fique claro – no dia em que existir uma contaminação, seja ela de que tipo for, eu, Paulo Tavares, a água termina, não só pela suspensão, como nós, então, não teremos mesmo meios, para fazer o tratamento devido, não vou arriscar isso. Até porque uma água, a partir do momento em que fica contaminada, nunca mais fica boa. Certo? Que fique aqui o compromisso! A nossa intenção, como o Miguel disse, e bem, era de o Município, através da AdRA, construir uma rede nova, que acho muito cara, é verdade, também tenho noção disso, mas que seria legítimo, uma vez que o Município nunca o fez na Freguesia, não me posso sobrepor, nem posso entrar em guerra com a AdRA. Ou então, quando alguma autoridade judicial nos notificar, não é? Nós não estamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

acima da lei. Quando alguém disser: “Você tem que fechar”, eu fecho. Aliás, foi o que eu disse ao Presidente do ERSAR, na reunião que lá fui.-----

----- Só mais 2 ou 3 pormenores! Análises! Portanto, nós, na altura, fizemos análises completas, em dezembro de 2012, não deu nada, certo? Os 2 pontos de contaminação deram nós, nas análises que fizemos, não fizemos no Casas, até porque o Sr. Presidente do Casas se antecipou e disse logo, confirmou o resultado. No outro posto, fizemos uma análise à entrada, logo a seguir ao contador, não deu nada, lá dentro do café deu alguma coisa – não muito, deu alguma coisa. Porque o chumbo também deposita e depende do próprio uso da própria torneira. Não ultrapassava o limite, mas acusou. O que, para mim, tornou claro que, de facto, tem a ver com o estabelecimento. Aliás, o que todos os técnicos diziam! Em relação à contaminação do chumbo, tem sobretudo a ver com equipamentos e não propriamente com a rede. Ou seja, para haver uma contaminação de chumbo na rede tinha que ser uma coisa industrial. Industrial! Que foi o meu pânico, como devem compreender! Não é? Que se é alguma fábrica, podia acontecer. Já agora, desculpem lá, deixem-me ir buscar água! Peço desculpa.-----

----- Portanto, em jeito de conclusão, é a minha opinião pessoal, tomara toda a gente de Águeda ter nas torneiras a água que as pessoas de Segadães têm. Mas, como o Sr. Presidente dizia, e bem, temos aqui a questão da lei. E, para terminar, vou só ler aqui 2 ou 3 excertos de uma carta da ERSAR dirigida ao senhor delegado de saúde no dia 02/01/2023, que o senhor também teve acesso, curiosamente. E qual é o meu espanto que nunca tenha sido citada? E que diz coisas fabulosas. Portanto, a carta é um bocado extensa, tenho aqui uma primeira parte em que diz que, de facto, os sistemas devem passar para os Municípios, no fundo, aquela questão da lei. E depois, diz o seguinte, porque há aquela questão, ou seja, a Junta não cumpre com o PCQA, não entrega o PCQA! Diz a ERSAR – para vocês se rirem um bocadinho, agora! – “De resto, a AdRA integrou, desde 2021, o controlo da qualidade da água em duas zonas de abastecimento de Segadães, denominadas Segadães / Segadães e Segadães / Fontinhas, no respetivo programa de controlo de qualidade da água submetida à ERSAR”, desde 2021! “E aprovado por esta entidade reguladora ao abrigo do regime de controlo da qualidade da água destinado ao consumo. E tem vindo a proceder à monitorização da qualidade da água nestas zonas de abastecimento e a comunicar incumprimentos verificados nas análises”. E esta? Afinal, o PCQA existe! Não, a carta, atenção! A carta foi dirigida ao Município. Atenção! Mais. “De todo o modo, é entendimento da ERSAR que as dificuldades invocadas pela entidade gestora AdRA na integração das referidas infraestruturas não devem constituir motivo para excluir a sua responsabilidade pelo controlo da qualidade da água em todo o território abrangido pelo contrato celebrado, nem, na prática, impedem a realização do controlo analítico na torneira do consumidor, conforme ofício, nas presentes circunstâncias. Será, porém,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

necessária a colaboração da União de Freguesias quando seja necessário o acesso às infraestruturas”. Mais! A questão do chumbo. “No tratamento desta questão em particular, e como é do vosso conhecimento, será importante registar que o parâmetro de chumbo está, na maioria das vezes, associado aos materiais em contacto com a água na rede de distribuição ou na rede predial dos edifícios. Assim, a AdRA e a União de Freguesias devem articular-se no sentido de garantir a averiguação da situação ao longo do sistema de abastecimento e nas redes prediais em causa, até à identificação correta da causa e à adoção de medidas de mitigação do risco junto dos utilizadores, nos estabelecimentos ao público. Por fim, importa salientar que as colheitas deverão ser efetuadas por um laboratório considerado apto para o efeito, conforme lista publicada no website da ERSAR”. Isto, eu só ponho aqui o ponto, porque nós fizemos análises na última semana, naturalmente, de dezembro, e tornámos a repetir as análises logo na primeira semana de janeiro. Como compreendem, eu defendo a água, defendo a rede, eu e 95% das pessoas de Segadães, mas não somos inconscientes, não é? Aliás, eu disse-o na Assembleia de Freguesia, não consigo conceber sequer – sequer! – que alguém considere a hipótese de eu, como Presidente de Junta, estar a fornecer água a pessoas sobre a qual tenha dúvidas sobre a sua qualidade! Não consigo conceber sequer. O risco pessoal é de tal forma gigantesco, que é o que eu digo, quando der contaminada, deu, é game over! Eu sou sincero! Se um dia dá um parâmetro, seja chumbo, seja o que for, tenham paciência! Tem ouro? enquanto ele se mantiver... Por exemplo, há um caso que me gera preocupação, a ligação Águeda-Aveiro, vai mexer ali nas estradas, pode afetar a qualidade da nascente, não sabemos, não é? Pode afetar. Às vezes, estamos aqui com tantas questões... pode afetar, pronto. Naturalmente, para terminar, então, agora, é assim, o controlo da água tem sido feito, o PCQA tem sido entregue, eu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia e o meu executivo e, como digo, 95% das pessoas de Segadães, continuaremos a lutar por um património que é da Freguesia. Enquanto, e que se note, enquanto o mesmo cumprir critérios de qualidade como o tem demonstrado. Ou até que alguém nos prove em contrário!” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, quer usar da palavra em face desta intervenção? -----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, não, fui o mais claro que pude, não, e quem dera que o Senhor Presidente da Junta tivesse razão, mas não tem. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Alguma intervenção mais? Vou colocar o ponto à votação. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com 17 votos a favor (JUNTOS por Águeda/PSD/MPT), 5 contra do CDS-PP e 8 abstenções (7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do PS e 1 do JUNTOS por Águeda/PSD/MPT), a proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município e a União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, com vista à Gestão do Sistema Público de Abastecimento de Água em Segadães. -----

----- **3.8 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha - Execução de Passeios no Largo de S. João e na Rua das Almas, na Catraia de Assequins;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara:** “Sim. Trata-se da celebração de contrato administrativo entre o Município de Águeda e a União de Freguesias para a delegação de competências para a execução de passeios no Largo de São João e na Rua das Almas, na Catraia de Assequins, no valor de 15.000 euros. Trata-se de um procedimento idêntico a tantos outros. Muito obrigado, Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta, alguém quer intervir neste ponto? Ninguém quer intervir, vou colocar à votação.-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha para execução de passeios no Largo de S. João e na Rua das Almas, na Catraia de Assequins.-----

----- **3.9 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do 2º Contrato Interadministrativo entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha - Construção de muro e passeio na Rua do Alteiralto;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, merece comentário?-----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, a mesma coisa, mas agora, para a Rua do Alteiralto, na Borralha. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** No valor de...? -----

----- **Presidente da Câmara:** “15.000 euros.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado. Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta, alguém quer intervir no ponto? Vamos passar à votação. -----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração do 2º Contrato Interadministrativo entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha para construção de muro e passeio na Rua do Alteiralto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **3.10 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo - Reparação do Edifício da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, é exatamente isso. 50.000 euros, neste caso. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado. Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta, alguém quer intervir no ponto? Vou colocar à votação.-----

---- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, com vista à reparação do edifício da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo.-----

----- **3.11 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de um apoio à União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, no âmbito do evento “Trilogia Serrana 2023”.**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, exatamente isso! No valor de 3.600 euros, conforme a proposta. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta, alguém quer intervir no ponto? Vamos colocá-la à votação. -----

---- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para atribuição de um apoio à União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, no âmbito do evento “Trilogia Serrana 2023”. -----

----- **3.12 Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Senhores Deputados, alguém quer intervir? Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Sr. Presidente da Câmara, naturalmente, é sempre importante termos acesso às informações. E é uma boa forma de irmos acompanhando a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

atividade municipal e, portanto, eu sei que este é um documento extenso, naturalmente, atreito a pequenas deficiências. Eu queria chamar-lhe à atenção que já não é a primeira vez que aqui venho por isto, porque às vezes também nós compreendemos, por aquilo que trazem os documentos, as nossas insuficiências. E então, na página 10 da informação que respeita à sua atividade enquanto Presidente da Câmara, portanto, a página é esta, tem aqui a fotografia do Sr. Presidente, “Atividade enquanto Presidente da Câmara”, logo o primeiro parágrafo! “Presença nas reuniões do conselho intermunicipal e na Assembleia intermunicipal da CIRA, Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro”. Sr. Presidente, eu pergunto, o senhor esteve nas últimas duas reuniões da CIRA? Da Assembleia da CIRA, como consta neste documento? É que, mais uma vez se o senhor esteve, eu vou mesmo ter de voltar a pedir-lhe desculpa, porque não o cumprimentei. E eu não sou assim! Creia-me que, se o tivesse visto, eu teria ido cumprimentá-lo. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção no ponto? Sr. Presidente, quer usar da palavra? -----

----- **Presidente da Câmara:** “Sr. Presidente, há uma das reuniões que decorreu de uma forma absolutamente célere e alguns dos senhores Deputados não chegaram a tempo, lembram-se? Aconteceu! Pode ter sido numa dessas que não nos cruzámos, porque eu estava, cheguei lá, e depois na última reunião, não estive. Na anterior, estive na parte inicial e saí, depois, porque tinha outras incumbências aqui.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Senhor Presidente, este é um documento que espelha e parece-nos que, naturalmente, acreditamos que seja de forma fiel, aquela que foi a atividade, e é-nos trazida para apreciação, porque nós reiteramos um pedido, um conselho, uma proposta, uma sugestão que já tínhamos feito no passado quanto às deslocações ao estrangeiro, para além da indicação sucinta que existe, possa haver uma indicação, por sucinta que seja, dos propósitos da viagem e o elenco da delegação que foi. Para além de sabermos apenas o local onde se foi, sabermos quais eram os propósitos, se era empresarial, se era cultural, o que é que se foi ali fazer, não queremos um texto sobre isso, não seria essa a nossa proposta, mas, em 2, 3 tópicos, percebermos o propósito central da viagem e quem constituiu a delegação que acompanhou os elementos do executivo. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- “Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, concluo os trabalhos desta Assembleia, agradecendo o empenho, a seriedade, a sensatez e, acima de tudo, a forma urbana, ordenada e elevada como decorreu esta Assembleia, esta sessão. É de facto esta a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

função, ainda que de uma forma mais ou menos acalorada, defendendo aquilo que cada um está convicto, que foi exatamente isto que aqui hoje foi feito, e eu assisti, é este o nosso trabalho e é desta forma que o temos que levar a cabo. Desejo a todos um resto de uma boa noite. Tenham também um bom feriado do 1 de maio e uma boa deslocação para vossa casa. Muito obrigado a todos.”-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas zero horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e três, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: